



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE CORUCHE

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE CORUCHE

APOIO: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE (IFADAP/INGA)

2007

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE QUADROS	6
NOTA INTRODUTÓRIA.....	8
1.ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E PROTECÇÃO DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS	11
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	11
1.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	12
1.2.1. ÂMBITO NACIONAL	12
1.2.2. ÂMBITO REGIONAL	16
1.2.3. ÂMBITO MUNICIPAL	18
2. ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E ZONAGEM DO TERRITÓRIO	20
2.1. MAPA DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS.....	20
2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO	22
2.2.1. METODOLOGIA.....	23
2.3. CARTA DE PRIORIDADES DE DEFESA.....	25
3. EIXOS ESTRATÉGICOS	26
3.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	27
3.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	28
3.1.1.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL.....	28
3.1.1.2. REDE VIÁRIA FLORESTAL	33
3.1.1.3. REDE DE PONTOS DE ÁGUA	36
3.1.2. PROGRAMA DE ACÇÃO	39
3.1.2.1. CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	39
3.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS.....	47
3.2.1. PROGRAMA DE ACÇÃO	47
3.2.2. PROGRAMA OPERACIONAL.....	48
3.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS.....	52
3.3.1. MEIOS E RECURSOS DISPONÍVEIS	53
3.3.1.1. BOMBEIROS MUNICIPAIS DE CORUCHE	54

3.3.1.2. ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE CORUCHE E LIMÍTROFES	55
3.3.1.3. AFOCELCA	56
3.3.2. DISPOSITIVOS OPERACIONAIS DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS. 58	
3.3.2.1. CENTRO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO (CDOS)	58
3.3.2.2. NÚCLEO FLORESTAL	60
3.3.2.3. PROTECÇÃO CIVIL	60
3.3.2.4. SISTEMA DE AVISO, ALERTA E INFORMAÇÃO	60
FIGURA 3 – ESQUEMA DE COMUNICAÇÃO DOS ALERTAS.....	64
3.3.3. LISTA GERAL DE CONTACTOS	65
3.3.4. SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO	66
3.3.5. VIGILÂNCIA E DETECÇÃO	67
3.3.5.1. REDE DE POSTOS DE VIGIA	67
3.3.5.2. VIGILÂNCIA MÓVEL E FIXA	68
3.3.6. PRIMEIRA INTERVENÇÃO	69
3.3.7. COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-RESCALDO	69
3.3.8. DESPISTAGENS DAS CAUSAS DE INCÊNDIO	70
3.3.8.1. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	70
3.3.8.2. POLÍCIA JUDICIÁRIA	70
3.3.9. APOIO AO COMBATE	70
3.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS	72
3.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA E EFICAZ.....	76
3.5.1. PROGRAMA DE ACÇÃO	76
4. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	80
4.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO	80
4.2. MODELO DIGITAL DO TERRENO OU ALTITUDE	80
4.3. DECLIVE	81
4.4. EXPOSIÇÃO	82
4.5. HIDROGRAFIA	83
5. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA.....	84
5.1. REDE CLIMATOLÓGICA	84
5.2. TEMPERATURA.....	85
5.3. HUMIDADE	86
5.4. PRECIPITAÇÃO.....	87

5.5. VENTOS DOMINANTES	88
6. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	89
6.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E POR FREGUESIA (1981/1991/2001) E DENSIDADE POPULACIONAL	89
6.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (2001)	89
6.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE (%) 2001.....	90
6.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991/2001).....	91
7. PARÂMETROS CONSIDERADOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS.....	92
7.1. OCUPAÇÃO DO SOLO.....	92
7.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS	92
7.3. ÁREAS PROTEGIDAS.....	93
7.4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO FLORESTAL	94
7.5. ZONA DE RECREIO FLORESTAL CAÇA E PESCA.....	96
7.6. ROMARIAS E FESTAS	97
8. ANÁLISE DO HISTÓRICO E DA CASUALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	99
8.1. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO ANUAL	99
8.2. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO MENSAL	102
8.3. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL	103
8.4. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA.....	104
8.5. ÁREA ARDIDA POR TIPO DE COBERTO FLORESTAL.....	105
8.6. ÁREA ARDIDA E N.º DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO.....	106
8.7. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO ANUAL	107
8.8. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL	108
8.9. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL	109
8.10. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA	110
8.11. PONTOS DE INÍCIO E CAUSAS	111
8.12. FONTES DE ALERTA.....	111
9. BIBLIOGRAFIA	114
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
11. ABREVIATURAS	117
CARTOGRAFIA	119

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1** – Processamento das comunicações entre os vários agentes DFCI
- Figura 2** – Organização global da resposta
- Figura 3** – Esquema de comunicação dos alertas
- Figura 4** – Temperatura mensal média entre 1981 e 1990
- Figura 5** – Humidade relativa mensal média entre 1981 e 1990
- Figura 6** – Precipitação mensal média no concelho entre 1981 e 1990
- Figura 7** – Áreas submetidas a regime cinegético no Município de Coruche
- Figura 8** – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências (1996-2006) para o Município de Coruche
- Figura 9** – Distribuição do número de ocorrências e de área ardida no Município de Coruche
- Figura 10** – Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2001-2005, por freguesia
- Figura 11** – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média entre 1996 e 2006
- Figura 12** – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média entre 1996 e 2006
- Figura 13** – Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências entre 1996 e 2006
- Figura 14** – Distribuição da área por tipo de coberto vegetal entre 2001 e 2005
- Figura 15** – Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão entre 1996 e 2006
- Figura 16** – Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006
- Figura 17** – Distribuição mensal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006
- Figura 18** – Distribuição semanal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006
- Figura 19** – Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006
- Figura 20** – Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta entre 2001 e 2006
- Figura 21** – Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta entre 2001 e 2006

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 1** – Tipos de combustível e comportamento do fogo
- Quadro 2** – Valores de referência para a vulnerabilidade e valor económico
- Quadro 3** – Objectivos, acções e metas do 1º Eixo Estratégico
- Quadro 4** – Áreas das faixas e mosaicos de gestão de combustível por freguesia
- Quadro 5** – Distribuição da rede viária florestal por freguesia
- Quadro 6** – Distribuição dos pontos de água por freguesia
- Quadro 7** – Distribuição da área ocupada por tipo de faixa e por meio de execução (2008-2012)
- Quadro 8** – Intervenções na rede secundária de FGC por freguesia (2008-2012)
- Quadro 9** – Metas e indicadores do aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- Quadro 10** – Valores anuais de manutenção da rede viária florestal.
- Quadro 11** – Orçamentos e responsáveis referentes ao 1º Eixo Estratégico
- Quadro 12** – Objectivos, acções e metas do 2º Eixo Estratégico
- Quadro 13** – Actividades de sensibilização a realizar no município de Coruche
- Quadro 14** – Metas para cada ano e para cada acção
- Quadro 15** – Orçamento e responsáveis pela sensibilização
- Quadro 16** – Metas e responsáveis pela fiscalização
- Quadro 17** – Objectivos, acções e metas do 3º Eixo Estratégico
- Quadro 18** – Listagem das entidades envolvidas em cada acção no concelho de Coruche
- Quadro 19** – Meios complementares de apoio ao combate
- Quadro 20** – Número de bombeiros do Corpo de bombeiros Municipais de Coruche por posto
- Quadro 21** – Caracterização das viaturas do Corpo de Bombeiros Municipais de Coruche
- Quadro 22** – Meios e recursos das várias entidades
- Quadro 23** – Funções e responsabilidades das várias entidades do município de Coruche
- Quadro 24** – Alerta Amarelo
- Quadro 25** – Alerta Laranja
- Quadro 26** – Alerta Vermelho
- Quadro 27** – Lista geral de contactos
- Quadro 28** – Postos de vigia considerados para a elaboração da carta de visibilidades
- Quadro 29** – Metas, responsáveis e indicadores do 3º Eixo Estratégico

Quadro 30 – Metas, responsáveis e indicadores do 4º Eixo Estratégico

Quadro 31 – Objectivos, acções e metas do 5º Eixo Estratégico

Quadro 32 – Metas, responsáveis e indicadores do 5º Eixo Estratégico

Quadro 33 – Vento. Frequência f (%) e velocidade média (Km/h) por rumo

Quadro 34 – Ocupação e uso do solo do concelho de Coruche (*Corine Land Cover* 2000)

Quadro 35 – Ocupação do solo em 1998 por freguesia

Quadro 36 – Planos de Gestão Florestal candidatos a apoios ao Fundo Florestal Permanente para 2005-2006

Quadro 37 – Festas e romarias que ocorrem no Município

NOTA INTRODUTÓRIA

Os incêndios florestais constituem a principal ameaça associada à floresta portuguesa.

Segundo o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF), os cenários elaborados no âmbito dos estudos de base para o Plano Nacional das Alterações Climáticas dão indicações claras quanto ao aumento das condições favoráveis à ocorrência de grandes incêndios.

A diminuição da área florestal ardida passa pela definição de uma estratégia que minimize o tempo da 1ª intervenção (com a minimização do tempo de detecção e de acesso ao foco) e por um ataque aos incêndios utilizando uma estratégia de golpe único. Passa ainda pela estruturação das vias de acesso ao espaço florestal e compartimentação das manchas florestais.

A reestruturação da gestão do espaço florestal, com a criação de unidades de gestão com dimensão adequada, contrariando o abandono da condução dos espaços florestais e com a adopção de modelos de organização territorial desfavoráveis à ocorrência de grandes incêndios, é essencial para alcançar este objectivo.

É importante definir uma estratégia de sensibilização da população, com o objectivo de diminuir o número de ocorrências.

O município apresenta uma elevada taxa de arborização, por isso, torna-se importante salvaguardar os espaços florestais, uma vez que, estes para além de constituem uma fonte de rendimento importante pelo seu valor monetário, permitem ainda a realização de actividades de lazer dentro dos seus espaços.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Coruche, com uma vigência de 5 anos, resulta do trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coruche, através do Gabinete Técnico Florestal, tendo como principal objectivo o de articular todos os meios e organismos com responsabilidades na Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) e propor acções que permitam garantir a segurança das pessoas e bens, proteger e

conservar os espaços florestais e minimizar a incidência dos incêndios no município e na região. Este plano é complementado anualmente com um Plano Operacional Municipal (POM), que em conjunto servirá para operacionalizar as metas, objectivos e acções aqui propostas.

CADERNO I

PLANO DE ACÇÃO

1.ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E PROTECÇÃO DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PMDFCI é definido pelo Decreto-Lei n.º 126/2006 de 28 de Junho, que revoga o Decreto-Lei 156/2004 de 30 de Junho onde se preconizava a criação do sistema nacional de protecção e prevenção da floresta contra incêndios. De acordo com o artigo 10º do referido decreto-lei:

1 - Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), de âmbito municipal ou intermunicipal, contêm as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

2 - Os PMDFCI são elaborados pelas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e com o respectivo planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios, sendo a sua estrutura tipo estabelecida por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

A elaboração, execução e actualização do PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de actividades (nº 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 126/2006 de 28 de Junho). A estrutura-tipo do PMDFCI é estabelecida pela Portaria nº 1139/2006 de 25 de Outubro, que revoga a Portaria n.º 1185/2004 de 15 de Setembro. O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coruche, elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) de Coruche, tem um prazo de vigência de 5 anos e a sua informação está dividida da seguinte forma:

Caderno I – PLANO DE ACÇÃO

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;
2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e zonagem do território;
3. Eixos estratégicos;
4. Considerações Finais;
5. Cartografia de Pormenor.

Caderno II – INFORMAÇÃO DE BASE

1. Caracterização geral do município de Coruche;
2. Análise do histórico e da casualidade dos incêndios;
3. Considerações Finais;
4. Cartografia de Enquadramento.

1.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

As linhas de actuação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, devem estar de acordo com características específicas do território, nomeadamente as de natureza urbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais, e estar enquadradas nos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes. Os instrumentos que estiveram na base de elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coruche serão descritos em seguida.

1.2.1. ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Segundo o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, o desenvolvimento sustentável da floresta – um recurso de grande importância ambiental e económica para Portugal – deve basear-se na articulação de três grandes orientações estratégicas: promover a sustentabilidade e a diversificação das actividades económicas baseadas na silvicultura e nos espaços florestais; tornar estes últimos mais resistentes aos incêndios; melhorar o seu valor ambiental e o seu

contributo para a conservação dos recursos naturais, promovendo o aproveitamento energético dos recursos florestais.

Para concretizar estas orientações há que garantir uma gestão profissional, tecnicamente competente e socialmente responsável de todos os espaços florestais públicos e privados. Tal implica, em primeiro lugar, a mobilização efectiva e coerente dos vários instrumentos de planeamento sectorial, em particular dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e dos Planos Municipais de Intervenção na Floresta (PMIF), e a sua articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente com os PROT e os PMOT, e da Política de Ambiente, designadamente nos domínios da Água e da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Mas, exige também, em segundo lugar, que tal enquadramento estratégico e político se traduza ao nível da gestão das explorações florestais, necessariamente enquadrada por Planos de Gestão Florestal (PGF) seja nas matas nacionais e comunitárias (baldios) seja nos espaços florestais privados mais significativos.

No âmbito deste programa, os objectivos estratégicos e específicos que se enquadram no âmbito do PMDFCI são os seguintes:

Objectivo Estratégico

Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos.

Objectivo Específico

Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais.

MEDIDAS PRIORITÁRIAS

- ❖ Criar um Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Florestais (SNIRF) rever o Inventário Florestal Nacional e actualizar o cadastro florestal (2006-2010).
- ❖ Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nomeadamente através da elaboração e aplicação dos Planos de Gestão Florestal, em

articulação com os Planos Regionais de Ordenamento do Território, os Planos Municipais de Ordenamento do Território e os diversos de instrumentos de planeamento ambiental, designadamente no domínio das políticas da água e da conservação da natureza e da biodiversidade.

- ❖ Elaborar e implementar o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, reforçando as acções preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais.
- ❖ Integrar os espaços florestais em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), prioritariamente nas áreas de minifúndio ou a recuperar após incêndio, para garantir a escala e as condições necessárias a uma gestão profissional, responsável e economicamente viável.
- ❖ Articular a política de ordenamento e gestão sustentável da floresta com a política energética, aproveitando e organizando a recolha e o transporte dos resíduos florestais (biomassa) como fonte renovável de energia, designadamente para produção de electricidade.

Objectivo Específico

Avaliar e prevenir os factores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos.

Medidas prioritárias

- ❖ Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objectivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.
- ❖ Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR, das acções de

prevenção, protecção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional.

- ❖ Reforçar a capacidade de intervenção de protecção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS/GNR).
- ❖ Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, nomeadamente os de apoio à gestão urbanística, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações.

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

A matriz estruturante da ENF resulta na definição de seis linhas de acção prioritárias:

- Minimização dos Riscos de Incêndios e Agentes Bióticos (onde se inclui a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a protecção contra agentes bióticos nocivos e a recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afectados);
- Especialização do território;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) enuncia a estratégia e determina os objectivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver para atingir as metas preconizadas. O PNDFCI pretende contribuir, para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

Para alcançar os objectivos, acções e metas desenvolvidos no PNDFCI, preconiza-se uma implementação articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos de actuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

1.2.2. ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo

Os objectivos específicos regionais definidos pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo (aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 16/2006 de 19 de Outubro) abordam as seguintes questões com importância estratégica para os espaços florestais:

Os objectivos específicos no âmbito da defesa da floresta contra incêndios são:

- ✓ Diminuição da área florestal ardida anualmente;
- ✓ Diminuição progressiva do número de ocorrências.

Os objectivos específicos no âmbito da melhoria da gestão florestal são:

- ✓ Aumentar a área florestal com planos de gestão florestal elaborados e implementados;
- ✓ Diminuir as áreas florestais sem gestão silvícola mínima;
- ✓ Aumentar as áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada;
- ✓ Constituir zonas florestais de dimensão suficiente que permitam uma gestão florestal eficiente;
- ✓ Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços.

Os objectivos específicos são:

- ✓ Melhorar o conhecimento relativo aos modelos de silvicultura e normas de gestão dos recursos florestais mais adequados para as diversas produções e funções;
- ✓ Melhorar o conhecimento relativo aos diversos componentes da biodiversidade associada aos espaços florestais da região;
- ✓ Melhorar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras dos espaços florestais.

Analisando o PROF do Ribatejo constata-se que o município de Coruche integra duas sub-regiões homogéneas, nomeadamente a Charneca e a Lezíria.

São definidos objectivos específicos ao nível das sub-regiões homogéneas, em consonância com os objectivos estratégicos definidos para a região, a partir da análise dos pontos fracos – fortes mais relevantes e considerando a hierarquia funcional proposta para cada uma das sub – regiões homogéneas. A definição de objectivos específicos permite identificar as medidas e acções que, não sendo exaustivas, se revelam as mais prioritárias.

Para cada sub-região, os objectivos específicos são os seguintes:

Charneca:

- ✓ Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação.
- ✓ Reabilitação das áreas ardidas de acordo com as orientações estratégicas definidas pela Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;
- ✓ Compartimentar os espaços florestais, nomeadamente através da rede primária de faixas de gestão do combustível aprovadas pela CRRR;
- ✓ Melhorar o estado de conservação das linhas de água;
- ✓ Diminuir a erosão dos solos através da manutenção do coberto vegetal e adopção de práticas adequadas;
- ✓ Promover o aproveitamento de biomassa para energia a partir dos resíduos de exploração e resultantes da manutenção das faixas de gestão de combustível;
- ✓ Aumentar o contributo da actividade cinegética para o rendimento global das explorações agro-florestais;

- ✓ Melhorar a gestão da actividade cinegética e a sua compatibilização com outras funções dos espaços florestais;
- ✓ Manter / aumentar as densidades das populações de espécies cinegéticas
- ✓ Diversificar as produções associadas aos espaços florestais;
- ✓ Promover a actividade (agro) silvo pastoril como forma de diversificação das produções;
- ✓ Melhorar a gestão das áreas (agro) silvo pastoris e a conciliação das diferentes funções dos espaços florestais;
- ✓ Aumentar a área sujeita à actividade (agro) – silvo -pastoril
- ✓ Melhorar o estado fitossanitário dos povoamentos florestais de modo a não comprometer a sua produtividade e perpetuidade;
- ✓ Promover a regeneração natural do montado.

Lezíria

- ✓ Manutenção e valorização da qualidade da paisagem da sub – região através dos espaços florestais;
- ✓ Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas;
- ✓ Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados importantes para a conservação da natureza;
- ✓ Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a actividades de recreio;
- ✓ Fomentar e ordenar a actividade piscícola desportiva;
- ✓ Manutenção e recuperação da vegetação ripícola enquanto elemento importante para as funções de protecção do solo e da água e de conservação da flora e da fauna e para a valorização da paisagem.

1.2.3. ÂMBITO MUNICIPAL

Plano Director Municipal

O montado de sobro é, relativamente ao azinhal, largamente dominante e ocupa parcela importante do espaço concelhio. As áreas de montado têm a sua representação específica na Planta de Condicionantes do actual (PDM), dado estarem sujeitas a regime legal de protecção.

O Plano Director Municipal de Coruche (PDM) regulamentado pelo Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2000 de 24 de Agosto de 2000 e de acordo com o Artigo 12º do referido decreto-lei estabelece para o município de Coruche que: “Nas áreas de montado de sobro e de azinho são condicionados o corte de azinheiras e o corte de sobreiros, de acordo com a legislação em vigor.”

As áreas de montado delimitadas nas Plantas de Condicionantes e de Ordenamento do PDM são protegidas pelos D.L. n.º 14/77 de 6 de Janeiro (condicionamentos ao corte de azinheiras) e pelo D.L. n.º 155/2004 de 30 de Junho (condicionamentos ao corte de sobreiros).

2. ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E ZONAGEM DO TERRITÓRIO

2.1. MAPA DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

O mapa de combustíveis florestais resultou da análise da caracterização da ocupação do solo, segundo a Série Cartográfica Nacional (SCN) 10K e a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), adoptada pelo ICONA, pelo projecto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica. Para obtenção desta carta foi ainda utilizado o Guia Fotográfico para Identificação de Combustíveis Florestais – Região Centro de Portugal, sendo assim possível avaliar o comportamento do fogo em si em diferentes situações ambientais (fogo baixo, médio e alto) e obter uma descrição qualitativa e geral do comportamento do fogo nas diferentes zonas do concelho, associado a cada tipo de combustível. Segundo as classes de ocupação do solo existentes, foram identificados os seguintes grupos e respectivos modelos de combustível para o concelho de Coruche:

Quadro 1 – Tipos de combustíveis e comportamento do fogo.

Tipo de combustível	Grupo	Modelo (NFFL)	Ambiente do fogo	Velocidade de propagação	Intensidade da frente	Ignição do copado	Dificuldade de rescaldo
Pinhal	Manta morta	9	Baixo	I	I	I	I
			Médio	II	I	I	II
			Alto	III	II	II	III
Eucalipto	Manta morta	9	Baixo	I	I	I	I
			Médio	III	II	I	II
			Alto	IV	III	III	IV
Azinheiras	Herbáceo	1	Baixo	I	I	-	I
			Médio	II	I	-	I
			Alto	IV	III	-	I
	Arbustivo	5	Baixo	II	III	-	I
			Médio	IV	IV	-	III
			Alto	IV	IV	-	IV
Montado de sobro e azinho	Herbáceo	1	Baixo	I	I	-	I
			Médio	II	I	-	I
			Alto	IV	III	-	I
	Arbustivo	5	Baixo	II	III	-	I
			Médio	IV	IV	-	III
			Alto	IV	IV	-	IV

Sobreiro	Herbáceo	1	Baixo	I	I	-	I
			Médio	II	I	-	I
			Alto	IV	III	-	I
	Arbustivo	5	Baixo	II	III	-	I
			Médio	IV	IV	-	III
			Alto	IV	IV	-	IV
Mato	Arbustivo	5	Baixo	I	I	-	I
			Médio	III	II	-	II
			Alto	IV	III		II
	Arbustivo	6	Baixo	I	I	-	I
			Médio	III	II	-	II
			Alto	IV	III		II
Mata	Arbustivo	4	Baixo	II	III	-	I
			Médio	IV	IV	-	III
			Alto	IV	IV	-	IV
Agrícola	Herbáceo	1	Baixo	I	I	-	I
			Médio	II	I	-	I
			Alto	IV	III	-	I

Legenda: I – Baixo; II – Moderado; III – Alto; IV – Extremo

Descrição dos modelos

Modelo 1 – Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos. Aplica-se Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.

Modelo 4 – Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.

Modelo 5 – Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.

Modelo 6 – Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.

Modelo 9 – Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso da *Pinus pinaster*, ou por folhas grandes e frisadas como as da *Quercus pyrenaica*, *Castanea sativa*, etc. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8. Aplica-se a Formações florestais sem subbosque: pinhais (*Pinus pinaster*, *P. pinea*, *P. nigra*, *P. radiata*, *P. halepensis*), carvalhais (*Quercus pyrenaica*, *Q. robur*, *Q. rubra*) e castanheiro no Inverno, eucaliptal (> 4 anos de idade).

Na cartografia produzida e uma vez que, não existe informação suficiente que permita definir quais são as áreas com modelo 1 e 5, optou-se por classificar todas as áreas com este tipo de combustível (modelo 5), com base no conhecimento da ocupação do solo. O mesmo acontece para o modelo 5 e 6, como não existe informação suficiente que distinga áreas com modelo 5 e 6, optou-se por classificar todas as áreas com modelo 6. Deve ser actualizada toda a ocupação do solo e modelos de combustível associados.

2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO

Uma cartografia de risco de incêndio florestal poderá traduzir-se numa ferramenta de apoio à prevenção do risco de incêndio por possibilitar a análise da localização dos equipamentos e das medidas necessárias à vigilância, ao permitir a identificação das zonas mais susceptíveis, e portanto com um risco de incêndio mais elevado (IGP, 2004).

Porém, a identificação de zonas com risco de incêndio mais elevado, não significa que um fogo, a ocorrer, se desenvolva unicamente nessas zonas já que o comportamento do fogo é dinâmico (sujeito por exemplo a factores climáticos), enquanto que o cálculo do risco de incêndio, encontra-se mais relacionado com as fontes combustíveis (Chuvieco *et al.* 1989).

O perigo de incêndio é assim traduzido numa escala, ou nível de perigo, cujo valor, em cada dia e para uma dada região, é obtido através do índice de perigo.

A metodologia escolhida para determinação do risco de incêndio engloba factores estáticos, de origem biofísica (ocupação do solo), fisiográficos (declives, exposições, visibilidades) e sociais (densidade demográfica, densidade de caminhos).

2.2.1. METODOLOGIA

Para elaboração do mapa da perigosidade utilizou-se a metodologia descrita no guia metodológico elaborado pela Direcção-Geral de Recursos Florestais.

Perigosidade

A perigosidade é o produto da probabilidade e da susceptibilidade. A perigosidade é “a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso” (Varnes, 1984), ou “um evento físico potencialmente danoso ou actividade humana que possa causar perda de vidas ou ferimentos, danos em bens, interferência social e económica ou degradação ambiental (...)”

(UN/ISDR, 2004).

Susceptibilidade

A susceptibilidade de um território – ou de um pixel – expressa as condições que esse território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. Variáveis lentas como as que derivam da topografia, e ocupação do solo, entre outras, definem se um território é mais ou menos susceptível ao fenómeno, contribuindo melhor ou pior para que este se verifique e, eventualmente, adquira um potencial destrutivo significativo. Susceptibilidade define a perigosidade *no espaço*, respondendo no modelo desta forma: *Qual o potencial de severidade do fogo neste pixel?*

Probabilidade

A probabilidade traduz a verosimilhança de ocorrência de um fenómeno num determinado local em determinadas condições. A probabilidade far-se-á traduzir pela verosimilhança de ocorrência anual de um incêndio em determinado local, neste caso, um pixel de espaço florestal. Para cálculo da probabilidade atender-se-á ao histórico desse mesmo pixel, calculando uma percentagem média anual, para uma dada série de observações, que permitirá avaliar a perigosidade *no tempo*, respondendo no modelo desta forma: *Qual probabilidade anual de ocorrência do fogo neste pixel?*

Para cálculo da probabilidade utilizou-se a cartografia das áreas ardidas disponível pela DGRF (1990-2004) e a cartografia da APFC (2005-2006) visto que o Município em 2005 e 2006 não contempla áreas ardidas superiores a 50 hectares.

O mapa de perigosidade (**Mapa 2**) resulta da multiplicação do *raster* da probabilidade pelo *raster* da susceptibilidade.

O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa o leitor acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “*onde tenho condições para perder mais?*”.

O mapa de risco de incêndio florestal é particularmente indicado para acções de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de acções de supressão.

Para obtenção do mapa de risco, calculou-se o dano potencial, que resulta do produto entre a variável de vulnerabilidade, que expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito, e o valor económico, em euros, desses mesmos elementos (permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda). Assim, o dano potencial será tanto maior quanto maior a sua vulnerabilidade e o seu valor económico (**Mapa 3**).

Quadro 2 – Valores de referência para a vulnerabilidade e valor económico (Fonte: DGRF, 2007).

ELEMENTO EM RISCO	VULNERABILIDADE	VALOR MONETÁRIO	DANO POTENCIAL
Edificado para indústria, serviços e comércio	0,75	246 €/ha	184,5
Edificado para habitação (Zona III)	0,75	557 €/ha	417,75
Eucaliptos	0,75	136 €/ha	102
Mato	0,4	52 €/ha	20,8
Sobreiros	0,5	618 €/ha	309
Mata	0,5	1507 €/ha	753,5
Pinheiros	1	91 €/ha	91
Agrícola	0,3	50 €/ha	15
Área Agrícola Florestal Geral	0,7	830 €/ha	581
Montado de Sobre e Azinho	0,5	365 €/ha	182,5
Azinheiras	0,5	112 €/ha	56

A ocupação do solo utilizada na produção da carta de risco foi a mais actual disponibilizada pela Câmara Municipal, no entanto, assim que seja possível será produzido novo mapa com cartografia mais recente.

2.3. CARTA DE PRIORIDADES DE DEFESA

Através deste mapa (**Mapa 4**) é então possível determinar quais as zonas mais problemáticas e onde é necessário actuar ao nível da prevenção, nomeadamente com acções de silvicultura preventiva, vigilância, construção e manutenção de infraestruturas.

Na elaboração da carta de prioridades de defesa teve-se em conta a definição de zonas de protecção prioritárias. No município achou-se importante preservar as zonas envolventes aos Sítios Classificados (Açude da Agolada e Açude do Monte da Barca) visto serem zonas com elevado valor ecológico e as zonas com declives mais acentuados devido ao risco de erosão e à perda de solo que estas zonas poderão sofrer.

Na zona de limite do concelho de Coruche com o concelho de Salvaterra de Magos existe uma área crítica, caracterizada por uma zona problemática em termos de ocorrência de incêndios florestais. Esta zona é definida no PROF do Ribatejo como um núcleo crítico, devido à presença de extensas áreas de eucalipto com elevado grau de inflamabilidade. Nesta zona é necessário actuar ao nível da prevenção, nomeadamente com acções de silvicultura preventiva, vigilância, construção e manutenção de infraestruturas.

3. EIXOS ESTRATÉGICOS

Ao nível municipal, as acções a realizar deverão procurar satisfazer os objectivos e as metas definidas pelo PNDFCI que deverão assentar nos cinco eixos estratégicos definidos pela Resolução de Conselho de Ministros nº65/2006 de 26 de Maio:

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, com o objectivo de rever e integrar políticas e legislação e promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

2. Redução da incidência dos incêndios, com o objectivo de sensibilizar as populações, melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações e aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização.

3. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, com o aumento da eficácia nas acções de prevenção, vigilância, detecção, alerta, 1ª intervenção e combate aos Incêndios Florestais.

4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas, desenvolvendo um programa específico para a recuperação de áreas ardidas

5. Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz, com a integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.

De seguida faz-se uma avaliação desses parâmetros, segundo cada eixo estratégico, sendo que apenas estão descritos os parâmetros da responsabilidade das autarquias e da CMDFCI/GTF.

3.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

O 1º Eixo estratégico, referente ao aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e procurando dar resposta ao n.º1 do artigo 15º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho.

Quadro 3 – Objectivos, acções e metas do 1º Eixo Estratégico

Objectivo Operacional	Acção	Indicadores/Metas
Objectivo Estratégico: Promover a Gestão Florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas		
Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco	Operacionalizar a acção da CMDFCI Apoiar a actividade do GTF	Realizar pelo menos 4 reuniões da CMDFCI anualmente Elaboração do relatório anual do GTF
Proteger as zonas de interface urbanas/floresta	Criar e manter faixas exteriores de protecção nos aglomerados populacionais intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	A CMC deverá realizar as metas previstas anualmente no PMDFCI, utilizando o financiamento do programa de apoio do Fundo Florestal Permanente. Se a candidatura não for aprovada, será necessário recorrer a outras formas de financiamento, procurando atingir a meta estabelecida
	Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	A CMC informa a entidade responsável pela execução das FGC
Implementar programa de gestão de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Até 2012 as redes de faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais deverão estar concluídas

É importante promover a gestão florestal e intervir preventivamente em zonas estratégicas nomeadamente em zonas com elevado valor natural, ecológico e paisagístico.

3.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

3.1.1.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Numa região predominantemente florestal entende-se por faixa de gestão de combustível (FGC) uma porção de território, com forma mais ou menos linear, onde é feita a remoção parcial ou total da biomassa florestal, através da afectação a usos não florestais (agricultura, infraestruturas, etc) e do recurso a determinadas actividades (silvopastorícia, etc.) ou a técnicas silvícolas (desbastes, desramações, limpezas, fogo controlado, etc.), com o principal objectivo de diminuir o perigo de incêndio (Pinho *et al.*, 2005).

Uma faixa de gestão de combustível é uma obra sobre a vegetação que é tratada tanto em volume como na estrutura do combustível, para reduzir a potência de uma frente de fogo afectando-a, tendo em atenção, a velocidade de propagação dessa frente sobre uma faixa. As características da obra (tratamento da vegetação, equipamentos, implantação e dimensionamento) dependem do objectivo operacional delineado para cada faixa (Rigolot e Costa, 2000).

As faixas de gestão de combustível subdividem-se em (CNR, 2005 e Pinho *et al.*, 2005):

- Faixas de redução de combustível (FRC), em que se procede à remoção (normalmente parcial) do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), à supressão da parte inferior das copas e à abertura de povoamentos;
- Faixas de interrupção de combustível (FIC), em que se procede à remoção total dos estratos de combustível (arbóreo, arbustivo, herbáceo, outro material lenhoso [cepos, troncos e ramos mortos, etc.], musgos, líquenes e folhada, e ainda húmus).

Funções das Faixas de Gestão de Combustível

As FGC cumprem três funções primordiais (Rigolot e Costa, 2000):

- ✓ FGC cujo principal objectivo é a **limitação das frentes de fogo e a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios**, permitindo segurança no combate directo à frente ou ao flanco de grandes incêndios de modo, a diminuir a propagação do fogo (função 1);

- ✓ FGC cujo principal objectivo é **reduzir os efeitos da passagem de grandes incêndios** protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais de valor especial, e assegurar as condições de segurança correctas para a circulação dos veículos de combate sobre as vias de circulação (função 2);
- ✓ FGC cujo principal objectivo é o **isolamento de focos potenciais de ignição de incêndios e aumentar a eficácia da 1ª intervenção sobre as zonas de contacto entre o espaço natural de combustível e as zonas de actividade humana**, como sejam as faixas paralelas às linhas eléctricas ou à rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, etc. (função 3).

A rede regional de FGC deverá ser concebida em três níveis, consoante a(s) sua(s) funcionalidade(s) e responsabilidade de manutenção (CNR, 2005 e Pinho *et al.*, 2005):

- **Rede primária**, de nível sub-regional, delimitando compartimentos com determinada dimensão, desenhada primordialmente para cumprir a função 1, mas desempenhando igualmente as restantes;
- **Rede secundária**, de nível municipal, estabelecida para as funções 2 e 3;
- **Rede terciária**, de nível local e apoiada nas redes viária, eléctrica e divisional das explorações agro-florestais, desempenhando essencialmente a função 3.

a) FAIXAS DE PROTECÇÃO A AGLOMERADOS POPULACIONAIS

Segundo o nº8 do Artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, “nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 m, podendo, face ao risco de incêndios, outra amplitude ser definida nos respectivos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios”. Segundo o nº 9, esta intervenção “compete aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título detenham terrenos inseridos na faixa”, caso se verifique o incumprimento do referido anteriormente, compete à Câmara Municipal a realização dos trabalhos, com a faculdade de se ressarcir das despesas.

Segundo as Orientações Estratégicas de Recuperação de Áreas Ardidas (2005), é ainda importante que para cada aglomerado existam no mínimo duas vias de acesso/fuga alternativas em caso de incêndio e pontos de água funcionais com funcionamento autónomo.

O concelho de Coruche conta com cerca de 38 aglomerados populacionais. Neste plano serão apenas contemplados alguns aglomerados, visto que, muitos deles não necessitam de intervenção, uma vez que, se situam em zonas agrícolas. **(Mapa 5)** Esta intervenção é escalonada no tempo **(Mapa 8)**.

Sendo o concelho de Coruche um concelho com uma extensa área agrícola, achou-se conveniente tratar apenas as FGC onde a ocupação do solo é pinheiro, eucalipto e mato, com historial de incêndio elevado e as zonas onde a probabilidade de incêndio é maior. As zonas com área agrícola ou montado, não justificam intervenção, uma vez que os proprietários procedem à sua limpeza e uma vez que muitas destas zonas são conciliadas com a silvopastorícia diminuindo a carga de combustível. Neste plano são apenas orçamentadas três faixas de gestão de combustível envolvente a aglomerados populacionais.

O Gabinete Técnico Florestal com ajuda da CMDFCI irá proceder à actualização e ao levantamento dos restantes aglomerados populacionais que necessitam de intervenção e serão definidas as acções de intervenção para implementação da rede secundária de DFCI nos aglomerados que se justificar intervenção.

b) FAIXAS DE PROTECÇÃO A PARQUES, POLÍGONOS INDUSTRIAIS E ATERROS SANITÁRIOS

Segundo o n.º11 do Artigo 15º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho, “nos parques de campismo, nas infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, nos parques e polígonos industriais, nas plataformas de logística e nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais é obrigatória a gestão de combustível, e sua manutenção, de uma faixa envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 m”.

No concelho de Coruche existem dois polígonos industriais (Coruche e Couço). O polígono industrial situado na freguesia do Couço não necessita de intervenção, uma vez, que está confinante ao espaço urbano desta localidade. O polígono industrial do

Monte da Barca (Coruche) todos os anos sofre intervenções de redução de combustíveis, mantendo assim a faixa de protecção na sua envolvente. No entanto, esta faixa deverá ser sujeita a monitorização e manutenção todos os anos.

c) FAIXAS ASSOCIADAS ÀS REDES VIÁRIA, FERROVIÁRIA, ELÉCTRICA E DE GÁS

Segundo o Artigo 15º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho: “Nos espaços florestais previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatório que a entidade responsável:

- a) Pela rede viária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros
- b) Pela rede ferroviária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante contada a partir dos carris externos, numa largura não inferior a 10 m
- c) Pelas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica de muita alta e alta tensão providencie a gestão de combustível numa faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescido de uma largura não inferior a 10 m para cada um dos lados”.

O município é atravessado por uma linha de caminho de ferro no limite da freguesia de Santana do Mato com a freguesia da Branca, atravessa também as freguesias de Coruche e da Fajarda. Deve ser providenciada a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante contada a partir dos carris externos, numa largura não inferior a 10 m

Quadro 4 – Áreas das faixas e mosaicos de gestão de combustível por freguesia.

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa/Mosaico	Área	Unidades
Biscaíño	004	Rede viária	8,51	ha
	007	Rede eléctrica de MAT	8,28	ha
	010	Rede eléctrica de MT	3,29	ha
Sub-total			20,08	ha
Branca	004	Rede viária	9,28	ha
	007	Rede eléctrica de MAT	1,47	ha
	010	Rede eléctrica de MT	4,73	ha
Sub-total			15,48	ha
Coruche	002	Aglomerados populacionais	184,63	ha
	004	Rede viária	30,59	ha
	007	Rede eléctrica MAT e AT	6,59	ha
	005	Rede ferroviária	0,78	ha
Sub-total			222,59	ha
Couço	002	Aglomerados populacionais	3,96	ha
	004	Rede viária	27,85	ha
	010	Rede eléctrica de MT	0,17	ha
Sub-total			31,81	ha
Erra	002	Aglomerados populacionais	100,13	ha
	004	Rede viária	11,46	ha
Sub-total			111,59	ha
Fajarda	004	Rede viária	18,34	ha
	007	Rede eléctrica de MAT	13,55	ha
	005	Rede ferroviária	3,35	ha
Sub-total			35,24	ha
S.José da Lamosa	002	Aglomerados populacionais	58,16	ha
	004	Rede viária	19,01	ha
Sub-total			77,17	ha
Santana do Mato	004	Rede viária	13,6	ha
Sub-total			13,6	ha

3.1.1.2. REDE VIÁRIA FLORESTAL

A Rede Viária Florestal (RVF) cumpre um leque de funções variado, que inclui a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das pastagens e, ainda, para o passeio e fruição da paisagem (CNR, 2005). Simultaneamente, a RVF é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes da RDF. A RVF é constituída por:

- **Caminhos florestais**, que dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos;
- **Estradões**, em que a circulação sem restrições durante o ano é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando uma função primordial de servir às operações e compartimentação florestais;
- **Trilhos**, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tractores e máquinas florestais (Louro *et al.*, 2002).

O planeamento, construção e manutenção da RVF obedece a um vasto conjunto de especificações e normas, pelo fortíssimo impacte que tem no meio ambiente, na produtividade e na protecção dos espaços florestais. O rigor na sua definição impõe-se ainda pelos elevados custos de construção e, sobretudo, de manutenção que a ela estão normalmente associados (CNR, 2005).

No contexto exclusivo da RDF a rede viária desempenha as seguintes funções:

- Permite um rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento em água, combustível, etc.;
- Integra a rede de FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento com a rede de vigilância fixa.

Para o município de Coruche ainda não existe feita a validação da rede viária florestal. O gabinete técnico florestal, com a ajuda da CMDFCI irá proceder no futuro à actualização da rede viária florestal e ao preenchimento da respectiva base de dados. No entanto, será apresentada no quadro seguinte a informação que existe disponível. Também pode ser visualizada através do **Mapa 6**.

Quadro 5 – Distribuição da rede viária por freguesia.

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)		Descrição da rede viária	Comprimento (m)
Biscaíño	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 119	12179,18
		1B	EM 515	6898,47
	2.ª ordem - fundamental	2	Outras estradas Ruas Caminho municipal	23964,04
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos vicinais	413810,03
	1.ª Ordem			19077,65
	2.ª Ordem			23964,04
	3.ª Ordem			413810,03
	Sub-Total da rede viária			456851,72
Branca	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 251	12550,14
		1B	EM 515	1260,01
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas	91154,86
	3.ª ordem - complementar	3	Caminho rurais/florestais	634147,93
	1.ª Ordem			13810,15
	2.ª Ordem			91154,86
	3.ª Ordem			634147,93
	Sub-Total da rede viária			739112,94
Coruche	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 114-3; EN 114; EN 251; EN 119	48013,49
		1B	EM 580	19867,42
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas	121753,08
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos rurais/florestais	1237678,91
	1.ª Ordem			67880,91
	2.ª Ordem			121753,08
	3.ª Ordem			1237678,91
	Sub-Total da rede viária			1427312,9
Couço	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 251; EN 2	19282,36
		1B	EM 590	37378,84
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas Outras estradas	87579,09
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos rurais/florestais	1411627,48
	1.ª Ordem			56661,2
	2.ª Ordem			87579,09
	3.ª Ordem			1411627,48
	Sub-Total da rede viária			1555867,77

Erra	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 119	11276,38
		1B	Outras estradas	6611,84
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas Caminho municipal	50497,67
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos rurais/florestais	316183,96
	1.ª Ordem			17888,22
	2.ª Ordem			50497,67
	3.ª Ordem			316183,96
Sub-Total da rede viária				384569,85
Fajarda	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 114-3	5169,55
		1B	EM 581	15498,58
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas Caminho municipal	38341,58
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos rurais/florestais	246005,57
	1.ª Ordem			20668,13
	2.ª Ordem			38341,58
	3.ª Ordem			246005,57
Sub-Total da rede viária				305015,28
S. José da Lamarosa	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 114	6385,59
		1B	EM 580	37588,41
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas Caminho municipal	60653,92
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos rurais/florestais	461408,62
	1.ª Ordem			43974
	2.ª Ordem			60653,92
	3.ª Ordem			461408,62
Sub-Total da rede viária				566036,54
Santana do Mato	1.ª ordem - fundamental	1A	EN 114	6275,79
		1B	EM 515; EM 590	18224,28
	2.ª ordem - fundamental	2	Ruas Caminho municipal	43662,82
	3.ª ordem - complementar	3	Caminhos rurais/florestais	502892,81
	1.ª Ordem			24500,07
	2.ª Ordem			43662,82
	3.ª Ordem			502892,81
Sub-Total da rede viária				571055,7
Total da rede viária				6005822,7

3.1.1.3. REDE DE PONTOS DE ÁGUA

A rede de pontos de água (e de outras substâncias retardantes) é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água (CNR, 2005), com o objectivo de melhorar as condições de combate a fogos.

As estruturas de armazenamento de água podem ser fixas (tanques de alvenaria ou betão [enterrados ou não], reservatórios metálicos, piscinas, poços, etc.) ou móveis (cisternas em metal ou tecido impermeável).

Os planos de água podem ser naturais (lagos, rios e outros cursos de água) ou artificiais (albufeiras, açudes, canais de rega, charcas escavadas, redes públicas ou privadas).

De acordo com o CNR (2005), os pontos de água podem ter como funções:

- Garantir o reabastecimento dos equipamentos de luta (meios terrestres: pronto-socorro florestais, autotanques e dos meios aéreos: helicópteros, aviões);
- Garantir o funcionamento de faixas de humedecimento;
- O aumento da biodiversidade, a correcção torrencial, o regadio, o abastecimento público de água potável, etc.

Em cada região deve ser garantida a existência de uma rede bem dimensionada de pontos de água, sempre que possível com fins múltiplos e acessíveis aos diferentes meios de combate, designadamente os aéreos (estes muito dependentes da existência ou não de obstruções físicas no ponto de água e zonas envolventes).

No **Quadro 6** está representada a distribuição dos pontos de água por freguesia.

Quadro 6 – Distribuição dos pontos de água por freguesia.

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Tipo da Rede de Pontos de água	Volume máximo (m3)
Biscaíño	26	222	Rio	40000
	31	211	Albufeira de Barragem	48000
	32	214	Charca	5400
	33	214	Charca	24000
	34	211	Albufeira de Barragem	80000
	35	214	Charca	12000
	36	214	Charca	16000
	37	214	Charca	30000
	38	211	Albufeira de Barragem	48000
	39	214	Charca	25200
	41	214	Charca	12000
	42	222	Rio	40000
	43	310	Tomadas de água públicas	1
	90	310	Tomadas de água públicas	1
	92	310	Tomadas de água públicas	1
	93	310	Tomadas de água públicas	1
Branca	92	214	Charca	19200
	93	211	Albufeira de Barragem	54000
	48	214	Charca	6400
	49	214	Charca	12000
	50	214	Charca	3770
	51	214	Charca	3770
	52	214	Charca	48000
	53	214	Charca	9450
	54	214	Charca	14000
	60	214	Charca	4800
	91	310	Tomadas de água públicas	1
Coruche	3	211	Albufeira de Barragem	90000
	4	211	Albufeira de Barragem	150000
	27	211	Albufeira de Barragem	150000
	40	214	Charca	36000
	45	214	Charca	4500
	46	214	Charca	4500
	55	214	Charca	15080
	56	211	Albufeira de Barragem	36000
	57	211	Albufeira de Barragem	120000
	58	214	Charca	32000
	59	214	Charca	25200
	64	211	Albufeira de Barragem	1440000

	65	211	Albufeira de Barragem	150000
	71	211	Albufeira de Barragem	5301438
	76	310	Tomadas de água públicas	1
	77	310	Tomadas de água públicas	1
	8	310	Tomadas de água públicas	1
	84	310	Tomadas de água públicas	1
	94	310	Tomadas de água públicas	1
	95	310	Tomadas de água públicas	1
	96	310	Tomadas de água públicas	1
	99	310	Tomadas de água públicas	1
	100	320	Tomadas de água privadas	1
Couço	13	211	Albufeira de Barragem	1500
	16	211	Albufeira de Barragem	12150
	17	214	Charca	4375
	18	214	Charca	1050
	19	212	Albufeira de Açude	6125
	20	212	Albufeira de Açude	2700
	21	214	Charca	3000
	22	211	Albufeira de Barragem	27000
	23	214	Charca	3500
	24	214	Charca	1000
	25	222	Rio	75000
	67	214	Charca	19200
	68	214	Charca	9000
	69	211	Albufeira de Barragem	80000
	70	212	Albufeira de Açude	900000
	72	211	Albufeira de Barragem	45000
	81	222	Rio	75
	82	310	Tomadas de água públicas	1
	83	310	Tomadas de água públicas	1
	85	310	Tomadas de água públicas	1
	86	310	Tomadas de água públicas	1
	87	310	Tomadas de água públicas	1
	88	310	Tomadas de água públicas	1
Erra	1	211	Albufeira de Barragem	20000
	2	212	Albufeira de Açude	3200
	73	213	Canal de Rega	75
	74	310	Tomadas de água públicas	1
	75	310	Tomadas de água públicas	1
	80	310	Tomadas de água públicas	1
Fajarda	28	211	Albufeira de Barragem	60000
	29	214	Charca	19200
	30	214	Tomadas de água públicas	6000
	89	310	Tomadas de água públicas	1
S.José da	5	212	Albufeira de Açude	6000

Lamarosa	6	211	Albufeira de Barragem	20000
	8	211	Albufeira de Barragem	3600
	9	211	Albufeira de Barragem	3600
	10	214	Charca	1050
	11	211	Albufeira de Barragem	40500
	12	214	Charca	5400
	14	214	Charca	1200
	15	211	Albufeira de Barragem	12000
	79	310	Tomadas de água públicas	1
	7	214	Charca	750
Santana do Mato	61	214	Charca	18900
	62	214	Charca	2700
	63	214	Charca	0
	66	211	Albufeira de Barragem	0
	97	310	Tomadas de água públicas	1
	98	310	Tomadas de água públicas	1

Verifica-se que a maior concentração de pontos de água ocorre na freguesia do Couço e na freguesia de Coruche com 23 pontos de água (Ver **mapa 7**). Antes da época de incêndios é importante verificar a operacionalidade no terreno de todos os pontos de água e proceder à actualização da sua base de dados. O Gabinete Técnico Florestal com ajuda da CMDFCI irá proceder ao levantamento e actualização da rede de pontos de água do município.

3.1.2. PROGRAMA DE ACÇÃO

3.1.2.1. CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Para cada ano são definidas as acções de construção e manutenção da RDFCI no concelho (**Mapas 9, 10, 11, 12 e 13**).

A manutenção da rede viária DFCl decorre das normais necessidades de manutenção para fins de utilização regular e permanente pelo que se prevê, no âmbito deste Plano, operações deste tipo no município.

No município existe um protocolo realizado entre a Câmara Municipal de Coruche e as Juntas de Freguesia do Município. A Câmara Municipal delega e transfere verbas anualmente para as Juntas de Freguesia para que estas procedam a trabalhos de conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área de cada freguesia.

Qualquer alteração a este cenário, que implique a necessidade/obrigação de construção ou manutenção da rede DFCI, será considerada no âmbito da CMDFCI e vertida em sede de actualização do Plano.

Sobre os pontos de água não se preconiza qualquer intervenção programada, sendo que a sua manutenção decorre das normais necessidades de manutenção da rede para fins de utilização regular e permanente pelo que não se prevê, por ora, no âmbito deste Plano, qualquer operação desse tipo.

Quadro 7 – Distribuição da área ocupada por tipo de faixa e por meio de execução (2008-2012)

Freguesia	Código	Descrição da Faixa	Unidades (ha)	Meios execução						
				1	2	3	4	5	6	7
Biscaíño	4	Rede viária	8,51							X
	7	Rede eléctrica MAT	8,28							X
	10	Rede eléctrica MT	3,29							X
	Sub_total		20,08							
Branca	4	Rede viária	9,28							X
	7	Rede eléctrica MAT	1,47							X
	10	Rede eléctrica MT	4,73							X
	Sub_total		15,48							
Coruche	2	Aglomerados populacionais	184,63				X			
	4	Rede viária	30,59							X
	5	Rede ferroviária	0,78							X
	7	Rede eléctrica de MAT e AT	6,59							X
	Sub_total		222,59							
Couço	2	Aglomerados populacionais	3,96				X			
	4	Rede viária	30,59							X
	10	Rede eléctrica de MT	0,17							X
	Sub_total		31,81				X			
Erra	2	Aglomerados populacionais	100,13				X			
	4	Rede viária	11,46							X
	Sub_total		111,59							
Fajarda	4	Rede viária	18,34							X

	5	Rede ferroviária	3,35							X
	7	Rede eléctrica de MAT	13,55							X
Sub_total			35,24							
S.José Lamarosa	2	Aglomerados populacionais	58,16				X			
	4	Rede viária	19,01							X
Sub_total			87,45							
Santana do Mato	4	Rede viária	13,6							X
Sub_total			13,6							

Legenda: 4- Empresa prestação de serviços; 7- Outros

Quadro 8 – Intervenções na rede secundária de FGC por freguesia para 2008-2012.

Freguesia	Código de Descrição da faixa	Descrição da Faixa/ Mosaico	Área Total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2008		2009		2010		2011		2012	
						Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área Sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Biscainho	4	Rede viária florestal	8,51	-	8,51	8,51	-	8,51	-	8,51	-	8,51	-	8,51	-
	7	Rede eléctrica de MAT	8,28	-	8,28	8,28	-	8,28	-	8,28	-	8,28	-	8,28	-
	10	Rede eléctrica de MT	3,29	-	3,29	-	3,29	3,29	-	3,29	-	3,29	-	3,29	-
Branca	4	Rede viária florestal	9,28	-	9,28	9,28	-	9,28	-	9,28	-	9,28	-	9,28	-
	7	Rede eléctrica MAT	1,47	-	1,47	1,47	-	1,47	-	1,47	-	1,47	-	1,47	-
	10	Rede eléctrica de MT	4,73	-	4,73	-	4,73	4,73	-	4,73	-	4,73	-	4,73	-
Coruche	2	Aglomerados populacionais	97,41	184,63	184,63	97,41	184,63	97,41	184,63	97,41	184,63	97,41	184,63	97,41	184,63
	4	Rede viária florestal	30,59	-	30,59	30,59	-	30,59	-	30,59	-	30,59	-	30,59	-
	5	Rede ferroviária	0,78	-	0,78	0,78	-	0,78	-	0,78	-	0,78	-	0,78	-
	7	Rede eléctrica de MAT e AT	6,59	-	6,59	2	-	6,59	-	6,59	-	6,59	-	6,59	-
Coupço	2	Aglomerados populacionais	1,69	2,27	3,96	1,69	2,27	1,69	2,27	1,69	2,27	1,69	2,27	1,69	2,27
	4	Rede viária florestal	7,70	-	7,70	7,70	-	7,70	-	7,70	-	7,70	-	7,70	-
	10	Rede eléctrica de MT	0,17	-	0,17	-	0,17	0,17	-	0,17	-	0,17	-	0,17	-
Erra	2	Aglomerados populacionais	19,03	81,10	100,13	19,03	81,10	19,03	81,10	19,03	81,10	19,03	81,10	19,03	81,10
	4	Rede viária florestal	11,46	-	11,46	11,46	-	11,46	-	11,46	-	11,46	-	11,46	-
Fajarda	4	Rede viária florestal	18,34	-	18,34	18,34	-	18,34	-	18,34	-	18,34	-	18,34	-
	5	Rede ferroviária	3,35	-	3,35	3,35	-	3,35	-	3,35	-	3,35	-	3,35	-
	7	Rede eléctrica	11,91	-	11,91	11,91	-	11,91	-	11,91	-	11,91	-	11,91	-
S. José da Lameirosa	2	Aglomerados populacionais	23,1	35,06	58,16	23,1	35,06	23,1	35,06	23,1	35,06	23,1	35,06	23,1	35,06
	4	Rede viária florestal	19,01	-	19,01	19,01	-	19,01	-	19,01	-	19,01	-	19,01	-
Santana do Mato	4	Rede viária florestal	13,6	-	13,6	13,6	-	13,6	-	13,6	-	13,6	-	13,6	-

No **Quadro 9** constam as metas e os indicadores do 1.º Eixo Estratégico.

Quadro 9 – Metas e Indicadores do aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.

Freguesia	Acção	Área total (ha)	Metas	Unidades	Indicadores					Total (ha)
					2008	2009	2010	2011	2012	
Biscaíño	Implementação da rede secundária	20,48	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	16,79	3,29	-	-	-	20,48
	Manutenção da rede secundária	20,48	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	16,79	20,48	20,48	20,48	-
Branca	Implementação da rede secundária	15,48	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	10,75	4,73	-	-	-	15,48
	Manutenção da rede secundária	15,48	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	10,75	15,48	15,48	15,48	-
Coruche	Implementação da rede secundária	222,59	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	218	4,59	-	-	-	222,59
	Manutenção da rede secundária	222,59	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	218	222,59	222,59	222,59	-
Couço	Implementação da rede secundária	31,81	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	31,81	0,17	-	-	-	31,81
	Manutenção da rede secundária	58,84	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	31,81	58,84	58,84	58,84	-
Erra	Implementação da rede secundária	111,59	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	111,59	-	-	-	-	111,59

	Manutenção da rede secundária	111,59	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	111,59	111,59	111,59	111,59	-
Fajarda	Implementação da rede secundária	35,24	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	35,24	-	-	-	-	35,24
	Manutenção da rede secundária	35,24	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	35,24	35,24	35,24	35,24	-
S.José Lamarosa	Implementação da rede secundária	77,17	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	77,17	-	-	-	-	
	Manutenção da rede secundária	77,17	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	77,17	77,17	77,17	77,17	-
Santana do Mato	Implementação da rede secundária	13,6	Área instalada com recurso a meios mecânicos	ha	13,6	-	-	-	-	13,6
	Manutenção da rede secundária	26,43	Manutenção com recurso a meios mecânicos	ha	-	13,6	13,6	13,6	13,6	-

Nota:

Nas faixas de gestão de combustível onde a ocupação do solo é montado de sobre e/ou azinho será feita apenas a gestão de combustível no estrato herbáceo e arbustivo, uma vez que, a intervenção silvícola nos montados tem legislação específica e carece de autorização por parte do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas.

Quadro 10 – Valores anuais de manutenção da rede viária florestal.

Freguesia	Tipo de intervenção	Ano	Valor*
Biscaíño	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	7939 €
Branca	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	18250 €
Coruche	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	13217 €
Couço	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	13539 €
Erra	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	15581 €
Fajarda	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	1402 €
S.José da Lamarosa	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	16326 €
Santana do Mato	Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia	2006	17476 €

*A actualização anual dos respectivos valores far-se-á em função da taxa de inflação em Portugal, medida dos respectivos valores.

Os protocolos elaborados entres as Juntas de Freguesia e Câmara Municipal tiveram a sua validade no ano de 2006 sendo automaticamente renovados anualmente.

Quadro 11 – Orçamentos e responsáveis referentes ao 1º eixo estratégico.

Acção	Responsáveis	2008(€)	2009(€)	2010(€)	2011(€)	2012(€)
Criar e manter faixas exteriores de protecção nos aglomerados populacionais	Proprietários ou a CMSM (no caso de incumprimento do Dec.Lei 124/2006)	73384,06	60968,40	60968,40	60968,40	60968,40
Manutenção da rede viária	Juntas de Freguesia	*103730	*103730	*103730	*103730	*103730
Total		177114,06	164698,4	164698,4	164698,4	164698,4

*A actualização anual dos respectivos valores far-se-á em função da taxa de inflação em Portugal, medida dos respectivos valores.

3.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

O 2º Eixo Estratégico resulta da necessidade de diminuir o número de ocorrências e de área ardida. Portanto, é necessária uma intervenção cuidada ao nível da prevenção. Deve ser definido um conjunto de actividades com o objectivo de reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e diminuir os efeitos indesejáveis que o incêndio pode causar, ou seja, que actua em duas vertentes, o controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por actividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá actuar.

Torna-se imprescindível educar os diferentes sectores populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património colectivo, com valor económico, social e ambiental.

Quadro 12 – Objectivos, Acções e Metas do 2º Eixo Estratégico.

Objectivo operacional	Acção	Indicadores/Metas
Objectivo estratégico: Educar e sensibilizar as populações		
Sensibilização da população	Programas a desenvolver a nível local dirigidos a grupos específicos da população rural em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios	Realizar anualmente uma sessão de esclarecimento por freguesia
Objectivo estratégico: Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios		
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização pela GNR/SEPNA	Apoiar as forças policiais, fornecendo os dados necessários e apoiando a sensibilização

3.2.1. PROGRAMA DE ACÇÃO

Qualquer acção de sensibilização deve ser apoiada num diagnóstico do município, de forma, a conhecer pormenorizadamente a população, quais os seus hábitos, quais os comportamentos de risco, onde e quando são realizados tais comportamentos.

Devido à falta de dados que permitem fazer o diagnóstico do município de Coruche, não foi possível definir qual o grupo mais problemático. Portanto, achou-se

importante sensibilizar toda a população em geral, mas com mais pormenor alguns grupos específicos, nomeadamente a população urbana, os proprietários florestais, proprietários de interface urbana-florestal (IUF) e a população escolar.

Quadro 13 – Actividades de sensibilização a realizar no município de Coruche.

Área De Actuação	Grupo-Alvo	Período De Actuação	Entidade Responsável	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Actividade Desenvolvida
Juntas de Freguesia	Proprietários de habitações em zona de interface urbano-florestal Proprietários Florestais	Abril	CMC Bombeiros Municipais Serviço Municipal de Protecção Civil	Pessoal Técnico	Apresentação em PowerPoint	Sessões de esclarecimento -medidas preventivas de protecção a habitações -Medidas de silvicultura preventiva
Todo o município	Proprietário Florestal/Agricultor Proprietários de habitações em zona de interface urbano-florestal Operadores de máquinas Caçadores	Maio	CMC Serviço Municipal de Protecção Civil Bombeiros Municipais	Pessoal Técnico	Folhetos de Sensibilização Específicos	Realizar acções de sensibilização - Os perigos e proibições do uso do fogo -medidas preventivas de protecção a habitações - Necessidade de utilização de dispositivos de retenção de faúlhas - Comportamentos na floresta
Escolas	População Escolar	Maio	CMC Serviço Municipal de Protecção Civil Bombeiros Municipais	Pessoal Técnico	Apresentação em PowerPoint	Realizar acções de sensibilização junto das escolas sobre como proteger a floresta e quais os cuidados a ter

3.2.2. PROGRAMA OPERACIONAL

Em seguida, são definidas as metas, responsabilidades e orçamentos associados às actividades que se pretendem realizar.

Acção 1

Sensibilização das populações na zona de interface urbano-florestal (IUF) para os perigos do uso incorrecto do fogo, e recomendações sobre protecção dos bens edificados.

Meta

Realização de sessões de esclarecimento em cada uma das juntas de freguesia do município.

Indicadores

N.º de Juntas de freguesia com sessões de esclarecimento em 2007

Acção 2

Colocação de folhetos informativos com recomendações de DFCI procurando incidir nas freguesias com maior risco de incêndio

Meta

Distribuição de folhetos informativos com recomendações de DFCI

Indicadores

N.º de Juntas de freguesia com sessões de esclarecimento em 2007

Acção 3

Realização de acções de sensibilização junto das escolas sobre como proteger a floresta e quais os cuidados a ter

Meta

Realização de acções de sensibilização

Indicadores

N.º de escolas com acções de sensibilização em 2007

Quadro 14 – Metas para cada ano e para cada acção.

Acção	Metas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011
Sessões de esclarecimento	Sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesia	N.º de freguesias com sessões de esclarecimento	8	8	8	8	8
Desenvolver estratégias de sensibilização	Distribuição de folhetos informativos sobre DFCI	N.º de freguesias com folhetos	8	8	8	8	8
Sessões de sensibilização	Sessões de sensibilização junto das escolas	N.º de escolas com sessões de sensibilização	11	11	11	11	11

Quadro15 – Orçamento e responsáveis pela sensibilização.

Acção	Metas	Custo anual da acção	Responsáveis
Sessões de esclarecimento	Sessões de esclarecimento nas juntas de freguesia	400 €	CMC (sessões de esclarecimento) levadas a cabo por técnicos especializados da Protecção Civil Municipal e do Gabinete Técnico Florestal
Desenvolver estratégias de sensibilização	Distribuição de folhetos informativos sobre DFCI	5000 €	A elaboração dos folhetos será feita pelo GTF e pelo Serviço Municipal de Protecção Civil. A distribuição será feita pelo Serviço de Informação e Relações Públicas da CMC
Sessões de sensibilização	Sessões de sensibilização junto das escolas	275 €	CMC (sessões de esclarecimento) levadas a cabo por técnicos especializados da Protecção Civil Municipal e do Gabinete Técnico Florestal

É importante realizar acções de fiscalização no âmbito das acções e cuidados a ter por parte da população em geral e dos diferentes grupo-alvo.

Quadro 16 – Metas e Responsáveis pela fiscalização.

Acção	Metas	Responsáveis	Unidades	2007	2008	2009	2010	2011
Fiscalização	Interface urbano florestal	GNR/SEPNA	h/dia	4	4	4	4	4
	Terrenos rurais		h/dia	4	4	4	4	4
	Áreas florestais		h/dia	4	4	4	4	4

3.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

O 3º Eixo estratégico, de Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios, visa a organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios. Este dispositivo deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a detecção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado por alterações climáticas.

A uma melhoria no ataque e gestão dos incêndios não poderá ser alheio o aumento da eficácia nas acções de prevenção, pré-supressão (constituída por acções de vigilância, detecção e alerta), supressão (1ª intervenção e Combate aos incêndios florestais, considerando o combate na sua componente de ataque, rescaldo, vigilância pós-rescaldo).

Quadro 17 – Objectivos, Acções e Metas do 3º Eixo Estratégico.

Objectivo Operacional	Acção	Metas
Objectivo Estratégico: Articular os sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção		
Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal	Assumir a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção relativa à vertente vigilância, detecção e fiscalização	Apoiar a GNR nas suas funções, fornecendo toda a informação necessária
	Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestais e das Brigadas Móveis de vigilância e detecção	Ministrar formação aos elementos da equipa de sapadores e das equipas AGRIS de forma a enquadrá-los no sistema municipal de prevenção e 1ª intervenção
	Coordenação de todas as acções de vigilância e detecção, privilegiando a comunicação de cariz municipal	Integrar anualmente em sede de CMDFCI, os diferentes intervenientes que efectuem vigilância e 1ª intervenção no município
Estruturar o nível municipal de 1ª intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM integrar a actuação dos bombeiros, da equipa de sapadores e das equipas AGRIS, da equipa da AFOCELCA, da GNR e de outros elementos presentes no terreno	Elaborar anualmente o POM até Maio de cada ano de acordo com a estrutura estabelecida no PNDFCI
Reforçar a eficácia no combate terrestre ao nível municipal	Levantamento dos recursos existentes no corpo de bombeiros municipais de Coruche, com vista à avaliação da sua capacidade operacional	Actualização anual da lista de meios e recursos dos BMC

	Articulação coordenada dos meios de combate do município	Apoiar os BMC
	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e bulldozer existentes no município	Actualização anual da lista de meios e recursos das entidades do município
	Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários	Elaborar anualmente o POM até Maio de cada ano de acordo com a estrutura estabelecida no PNDFCI
Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo	Promover a utilização de ferramentas manuais por parte da equipa de sapadores florestais	Fomentar através de uma acção de formação anual a utilização de ferramentas manuais na realização do rescaldo
	Utilizar as máquinas de rasto	Disponibilizar imediatamente a informação do n.º de máquinas disponíveis

3.3.1. MEIOS E RECURSOS DISPONÍVEIS

Quadro 18 – Listagem das entidades envolvidas em cada acção.

	Entidade	Identificação da Equipa	Área de actuação (Sectores territoriais)	Recursos Humanos (n.º)	Período de actuação
Vigilância e detecção	ESF	ESF APFC 01-185	S140901	5	1-06-2007 a 15-09-2007
	Agris 3.4		S140901	12	1-06-2007 a 15-09-2007
	GNR		S140901		
	AFOCELCA			4	1-07-2007 a 30-09-2007
1ª Intervenção	BMC	Meios disponíveis	S140901	40	Todo o ano
	ESF	ESF APFC 01-185	S140901	5	1-06-2007 a 15-09-2007
	Agris 3.4		S140901	12	1-06-2007 a 15-09-2007
	AFOCELCA			4	1-07-2007 a 30-09-2007
Combate	BMC	Meios disponíveis	S140901	40	Todo o ano
Rescaldo	BMC	Meios disponíveis	S140901	40	Todo o ano
	*ESF	ESF APFC 01-185	S140901	5	1-06-2007 a 15-09-2007
	AFOCELCA			4	1-07-2007 a 30-09-2007
Vigilância pós-incêndio	BMC	Meios disponíveis	S140901	40	Todo o ano
	*ESF	ESF APFC 01-185	S140901	5	1-06-2007 a 15-09-2007
	AFOCELCA			4	1-07-2007 a 30-09-2007

Fonte: Bombeiros Municipais de Coruche, 2007.

Para a primeira intervenção e combate a incêndios os Bombeiros Municipais de Coruche dispõem das seguintes viaturas:

Quadro 21 – Caracterização das viaturas do Corpo de Bombeiros Municipais de Coruche.

Sigla	Tipo		Capac.	Ano	Marca	Modelo	Veloc. Média	Matrícula
Veículos de Combate Incêndios								
VLCI 01	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios	Reforço	600 L	1992	Nissan	RLMD 21/SFA	50Km/h	31-97-AD
VFCI 02	Veículo Florestal de Combate a Incêndios	ECIN	3 500 L	1998	Renault		40Km/h	QE-14-98
VECI 03	Veículo Especial de Combate a Incêndios	Reforço	7800 L	1988	Mercedes	1417 A/36	40Km/h	GV-65-95
VFCI 04	Veículo Florestal de Combate a Incêndios	ECIN	1500 L	1996	Toyota	DYNA 250	45Km/h	73-93-HH
VFCI 05	Veículo Florestal de Combate a Incêndios	ECIN	2250 L	1997	M.A.N.	10/163	40Km/h	33-46-II
VUCI 06	Veículo Urbano de Combate a Incêndios	Reforço	3000 L	1999	Nissan	M 130-200/1	50Km/h	48-43-NG
VFCI 07	Veículo Florestal	ECIN	3500 L	2005	M.A.N.	14.255 LA-LF	50Km/h	23-AC-58
Veículos Tanque								
VTTU 01	Veículo Tanque Tático Urbano	Apoio	11600 L	1993	Mercedes	1622	45Km/h	66-09-CM
VTTU 02	Veículo Tanque Tático Urbano	Apoio	15000 L	2005	M.A.N.	TGA 26/390	55Km/h	53-AF-78
Veículos de Comando								
VCOT 01	Veículo de Comando e Operações Tático	Cmd	-	1996	Nissan	Nissan Patrol	55Km/h	76-94-HS

Fonte: Corpo de Bombeiros Municipais de Coruche, 2006.

3.3.1.2. ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE CORUCHE E LIMÍTROFES

Sapadores Florestais

O município de Coruche conta com a equipa de sapadores florestais (ESF) da Associação de Produtores Florestais de Coruche e limítrofes (ESF APFC 01-185). A equipa de Sapadores completa durante os meses de Abril a Junho de cada ano, o levantamento das áreas de maior risco de incêndio em termos de coberto do solo, ou seja, tipo de matos presente e grau de desenvolvimento. A partir do cruzamento desta informação com a de anos anteriores será produzida uma nova cartografia actualizada. Esta cartografia servirá de apoio à vigilância e prevenção de incêndios que ocorre normalmente de Junho a Setembro.

AGRIS

Um dos programas móveis integrados na vigilância a nível do concelho de Coruche prende-se com a candidatura por parte da Associação de Produtores Florestais de Coruche e limítrofes (APFC) à Medida Agris, nomeadamente à Acção 3.4 “Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Abióticos”. Esta candidatura tem como área de abrangência todo o concelho de Coruche e algumas zonas dos concelhos limítrofes.

No município a prevenção é feita por equipas de 1ª intervenção da APFC e no período de 1 de Junho a 15 de Setembro, durante 7 dias por semana em rotatividade quinzenal e em percursos pré definidos por equipa.

3.3.1.3. AFOCELCA

A AFOCELCA é um agrupamento complementar de empresas, constituído pelo Grupo Portucel, Celbi e Celulose do Caima, para a prevenção e combate aos incêndios florestais nas suas matas. Neste sentido a sua intervenção neste plano é também ela de extrema importância, uma vez que, esta organização possui meios capazes de efectuar a primeira intervenção em áreas sob a sua jurisdição.

No município de Coruche, a propriedade destas entidades encontra-se localizada na Herdade da Agolada de Cima. No caso de Incêndio nesta mata, os meios disponíveis são os seguintes: Equipa com 4 elementos e 1 viatura todo o terreno equipada com Kit de 1ª intervenção. A AFOCELCA efectua 1ª intervenção no período compreendido entre 1 de Julho e 30 de Setembro.

Quadro 22 – Meios e recursos das entidades.

	Entidade	Designação da Equipa	Viaturas		Equipamento		N.º de elementos	Ferramentas de Sapador
			N.º	Tipo	Tipo	Capacidade		
Ação	APFC	ESF	1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600 l	5	Pá, batedores, abafadores
	APFC	Equipas Agris	6	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	12	Pá, batedores, abafadores
	AFOCELCA		1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	4	Pá, batedores, abafadores
Primeira Intervenção	BMC	ECIN+ELAC	2	4x4 2x2	VFCI VTTU	3500 15000	7	Pá, batedores, abafadores
	APFC	ESF	1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600 l	5	Pá, batedores, abafadores
	APFC	Equipas Agris	6	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	12	Pá, batedores, abafadores
	AFOCELCA		1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	4	Pá, batedores, abafadores
Combate	BMC	Meios disponíveis	5 2		VFCI VTTU	Variável	27	Pá, batedores, abafadores
Rescaldo	BMC	Meios disponíveis	5 2		VFCI VTTU	Variável	27	Pá, batedores, abafadores
	APFC	*ESF	1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600 l	5	Pá, batedores, abafadores
	APFC	Equipas Agris	6	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	12	Pá, batedores, abafadores
	AFOCELCA		1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	4	Pá, batedores, abafadores
Vigilância pós-rescaldo	BMC	Meios disponíveis	5 2		VFCI VTTU	Variável	27	Pá, batedores, abafadores
	APFC	* ESF	1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600 l	5	Pá, batedores, abafadores
	APFC	Equipas Agris	6	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	12	Pá, batedores, abafadores
	AFOCELCA		1	4x4	Kit de 1ª intervenção	600l	4	Pá, batedores, abafadores

*mediante requisição efectuada nos termos do Decreto-Lei n.º 38/2006, pela CMDFCI ou pelo COS.

Quadro 23 – Funções e responsabilidades das várias entidades do concelho de Coruche.

Entidades	Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-rescaldo	Despistagem das Causas
Bombeiros Municipais de Coruche	X			X	X	X	X	
Equipa de Sapadores Florestais	X		X	X		X	X	
Equipas AGRIS 3.4			X	X				
AFOCELCA	X		X	X		X	X	
GNR		X	X					X
Polícia Judiciária								X

3.3.2. DISPOSITIVOS OPERACIONAIS DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

3.3.2.1. CENTRO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO (CDOS)

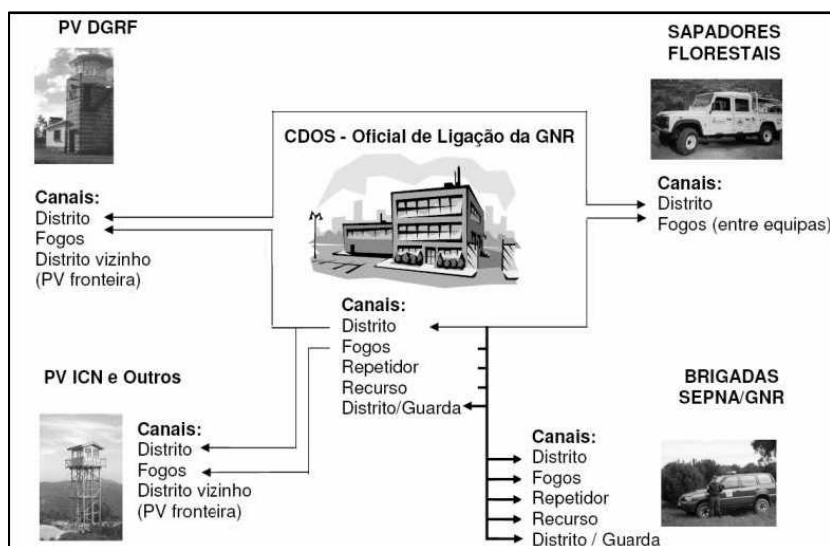


Figura 1 – Processamento das comunicações entre os vários agentes DFCI (ANPC, 2007).

O Comando Distrital de Operações de Socorro coordena os CB, monitorizando as operações de socorro, emergência e assistência, de escalão distrital e municipal, garantindo o apoio técnico e logístico necessário, em situações consideradas de emergência ou pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, ultrapassam o estrito âmbito de actuação de um município; mantém a situação relativa a incêndios florestais e ao empenhamento de meios e recursos, na sua área territorial, permanentemente actualizada; coordena a actividade de todo o dispositivo de ataque inicial para o combate a incêndios florestais; acciona os meios de reforço intra distritais; dirige e coordena o emprego dos meios sob a autoridade e todos os outros meios, de intervenção e apoio na área da sua responsabilidade.

Na organização global da resposta (**Figura 2**) os agentes de vigilância e detecção comunicam com o comandante operacional distrital (CODIS) que activa os agentes de ataque inicial, ou nos casos com maior gravidade, activa directamente os agentes de ataque ampliado. Esta medida é baseada na informação que o CODIS dispõe, disponibilizada pela CMDFCI e pela informação a nível distrital que o CDOS e o Núcleo Florestal dispõem. Esta medida é ainda, contemplada com informações actualizadas dos dispositivos de vigilância e detecção, para direccionar os agentes envolvidos no ataque.

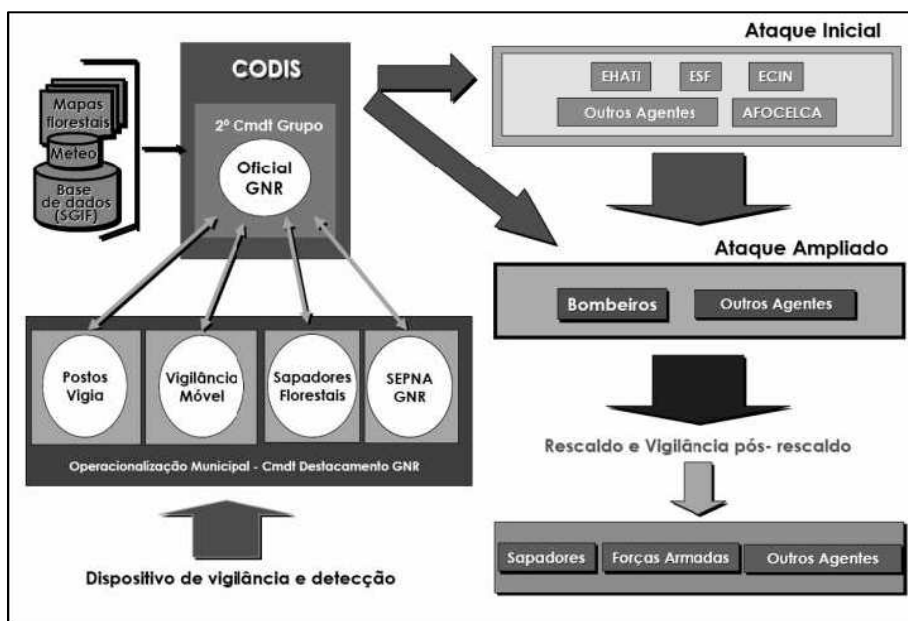


Figura 2 – Organização Global da Resposta (ANPC, 2007)

3.3.2.2. NÚCLEO FLORESTAL

O Núcleo Florestal do Ribatejo fará a ligação com as estruturas regionais e nacionais, representando a Autoridade Florestal Nacional.

3.3.2.3. PROTECÇÃO CIVIL

O Serviço Municipal de Protecção Civil de Coruche, em conjunto com o Gabinete Técnico Florestal, articula com os diversos intervenientes as acções de prevenção e vigilância no município, procurando colmatar certas deficiências complementando a sua actuação. Todas as entidades possuem comunicações, e todos os alertas são efectuados para a central dos Bombeiros Municipais de Coruche, que fará seguir esta informação para o Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Santarém e vice-versa.

3.3.2.4. SISTEMA DE AVISO, ALERTA E INFORMAÇÃO

a) Alerta Amarelo

O Alerta Amarelo corresponde às situações de previsibilidade de ocorrência ou ocorrências múltiplas, com necessidade de resposta ao nível do concelho. Os bombeiros estarão de prevenção em condições de sair de imediato, com as suas guarnições completas.

Entre as 11.30 e as 20 horas, estarão no terreno as Equipas de Sapadores Florestais (ESF) em vigilância armada, localizados nos respectivos LEE, com um mínimo de 4 elementos. As equipas realizarão as tarefas de detecção e primeira intervenção, sem necessidade de requisição, automaticamente (dentro do horário estabelecido) ou por indicação do CDOS (fora do horário).

Quadro 24 – Alerta Amarelo.

Entidades	Actividades	Horário	N.º mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
Bombeiros Municipais de Coruche	Prevenção	24 Horas	ECIN de 5 elementos	Quartel LEE140912
Equipa de Sapadores Florestais	Vigilância armada	11h30 – 20h	4 elementos	LEE140901 LEE 140902 LEE140903 LEE140904 LEE140905 LEE140906 LEE140907 LEE140908 LEE140909 LEE140910 LEE140911 LEE140701
Equipas Agris 3.4	Vigilância armada	14h 30 às 17 h	12 elementos	LEE140901 LEE 140902 LEE140903 LEE140904 LEE140905 LEE140906 LEE140907 LEE140908 LEE140909 LEE140910 LEE140911 LEE140701
AFOCELCA	Vigilância	10-12h; 13– 20h	4 elementos	Não disponível
Polícia Judiciária	Informação não disponível			

b) Alerta Laranja

O Alerta Laranja corresponde às situações de previsibilidade de ocorrência ou ocorrências múltiplas, com necessidade de resposta de Nacional ao nível Sectorial.

Entre as 11.30 e as 20 horas, estarão no terreno as Equipas de Sapadores Florestais (ESF) em vigilância armada, localizados nos respectivos LEE, com um mínimo de 4 elementos. As equipas realizarão as tarefas de detecção e primeira intervenção, sem necessidade de requisição, automaticamente (dentro do horário estabelecido) ou por indicação do CDOS (fora do horário).

Os bombeiros estarão de prevenção com as duas ECIN de 5 elementos e uma ELAC (Equipa de Logística de Apoio ao Combate) com um autotanque, em condições de sair de imediato, com as suas guarnições completas.

Quadro 25 – Alerta Laranja.

Entidades	Actividades	Horário	N.º mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
Bombeiros Municipais de Coruche	Prevenção	24 Horas	ECIN de 5 elementos	Quartel LEE140912
Equipa de Sapadores Florestais	Vigilância armada	11h30 – 20h	4 elementos	LEE140901 LEE 140902 LEE140903 LEE140904 LEE140905 LEE140906 LEE140907 LEE140908 LEE140909 LEE140910 LEE140911 LEE140701
Equipas Agris 3.4	Vigilância armada	14h 30 às 17 h	12 elementos	LEE140901 LEE 140902 LEE140903 LEE140904 LEE140905 LEE140906 LEE140907 LEE140908 LEE140909 LEE140910 LEE140911 LEE140701
AFOCELCA	Vigilância	10 -12h; 13 – 20h	4 elementos	Não disponível
Polícia Judiciária	Informação não disponível			

c) Alerta Vermelho

O Alerta Vermelho corresponde às situações de previsibilidade de ocorrência ou ocorrências múltiplas com necessidade de resposta Nacional Global. Sempre que o CDOS accionar o alerta vermelho todos os meios envolvidos estão em disponibilidade máxima. Todas as acções de silvicultura preventiva estão suspensas.

Entre as 11.30 e as 20 horas, estarão no terreno as Equipas de Sapadores Florestais (ESF) em vigilância armada, localizados nos respectivos LEE, com um mínimo de 4 elementos. As equipas realizarão as tarefas de detecção e primeira intervenção, sem necessidade de requisição, automaticamente (dentro do horário estabelecido) ou por indicação do CDOS (fora do horário).

Os bombeiros estarão de prevenção com as duas ECIN de 5 elementos e uma ELAC (Equipa de Logística de Apoio ao Combate) com um autotanque, em condições de sair de imediato, com as suas guarnições completas. Ocorre ainda a mobilização geral de todo o pessoal e viaturas de socorro do Corpo de Bombeiros, em condições de sair de imediato, com guarnições completas.

Quadro 26 – Alerta Vermelho.

Entidades	Actividades	Horário	N.º mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
Bombeiros Municipais de Coruche	Prevenção	Todo o dia	ECIN de 5 elementos	Quartel LEE140912
Equipa de Sapadores Florestais	Vigilância armada	11.30 às 20 h	4 elementos	LEE140901 LEE 140902 LEE140903 LEE140904 LEE140905 LEE140906 LEE140907 LEE140908 LEE140909 LEE140910 LEE140911 LEE140701
Equipas Agris 3.4	Vigilância armada	14h 30 às 17 h	12 elementos	LEE140901 LEE 140902 LEE140903 LEE140904 LEE140905 LEE140906 LEE140907 LEE140908 LEE140909 LEE140910 LEE140911 LEE140701
AFOCELCA	Vigilância	10 -12h; 13 – 20h	4 elementos	Não disponível
Polícia Judiciária	Informação não disponível			

Na Figura 3 está representado o esquema de comunicação dos alertas.

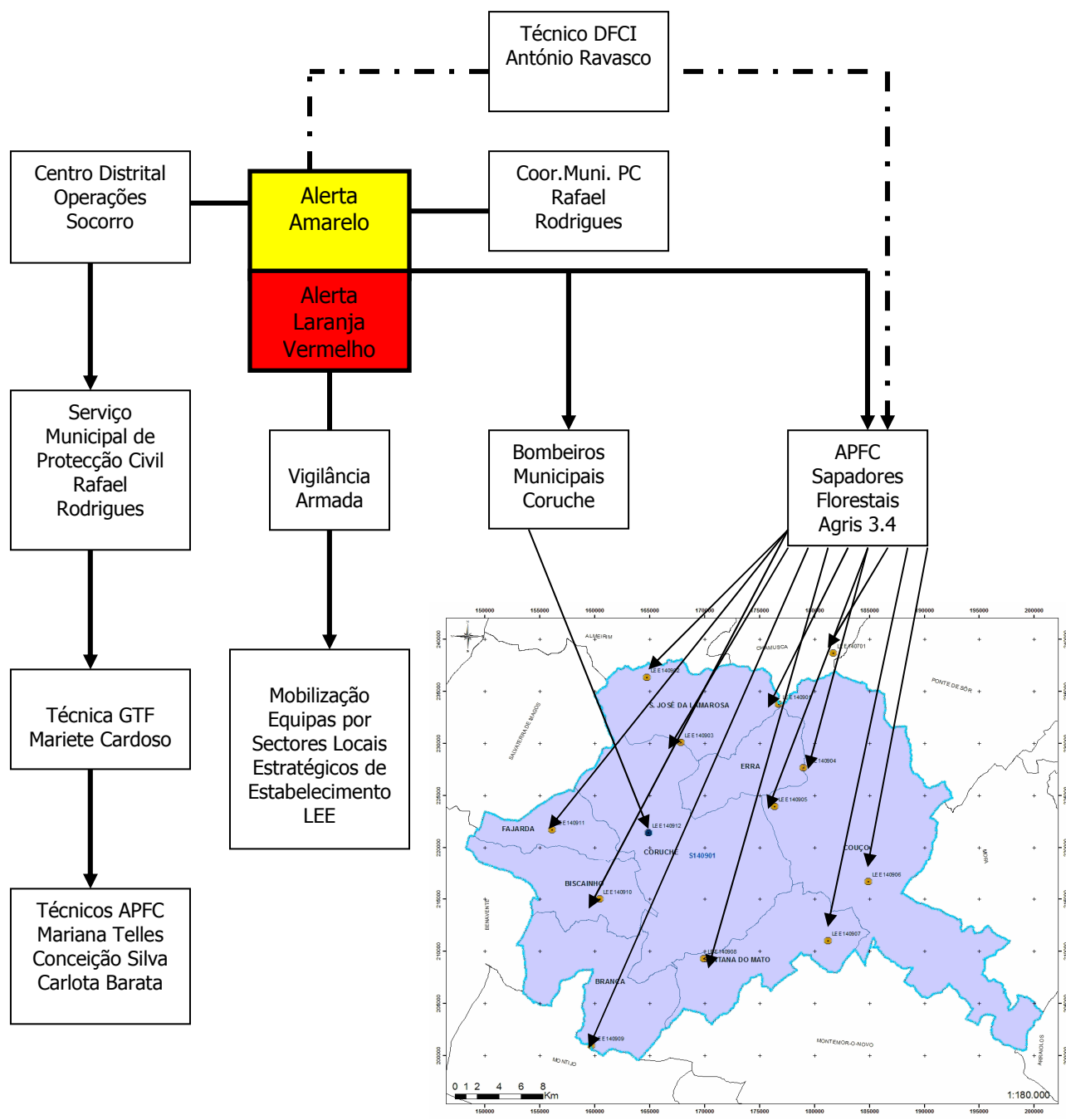


Figura 3 – Esquema de comunicação dos alertas.

3.3.4. SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO

Os sectores são identificados por uma expressão alfanumérica, S1419ss, em que “S” significa “sector”, “1419” é o código INE para o concelho, e “ss” é o número sequencial para cada sector do concelho. Deste modo, os sectores de Coruche são os seguintes:

Para o concelho de Coruche não existem sectores de DFCI definidos para as diferentes entidades, o único sector que existe é todo o município, ou seja, as entidades DFCI actuam em todo o município (S140901).

Os locais estratégicos de estacionamento (LEE), integrados na rede de vigilância das redes regionais e municipais de defesa da floresta, constituem pontos no território onde se considera óptimo o posicionamento de unidades de primeira intervenção, garantindo o objectivo de máxima rapidez nessa intervenção e, secundariamente, os objectivos de vigilância e dissuasão eficazes (**Mapa 14**).

Na determinação dos locais a designar como LEE pretende-se otimizar o **tempo de primeira intervenção**, o qual depende do tempo de detecção e do tempo de chegada ao local.

Os locais estratégicos de estacionamento são identificados por uma expressão alfanumérica, LEE1409ss, em que “LEE” significa “local estratégico de estacionamento”, “1409” é o código INE para o concelho, e “ss” é o número sequencial para cada LEE do concelho. Os LEE de Coruche são os seguintes:

LEE140912 – Quartel dos Bombeiros Municipais de Coruche

LEE140901 – Sapadores e AGRIS

LEE 140902 – Sapadores e AGRIS

LEE140903 – Sapadores e AGRIS

LEE140904 – Sapadores e AGRIS

LEE140905 – Sapadores e AGRIS

LEE140906 – Sapadores e AGRIS

LEE140907 – Sapadores e AGRIS

LEE140908 – Sapadores e AGRIS

LEE140909 – Sapadores e AGRIS

LEE140910 – Sapadores e AGRIS

LEE140911 – Sapadores e AGRIS

LEE140701 – Sapadores e AGRIS

3.3.5. VIGILÂNCIA E DETECÇÃO

3.3.5.1. REDE DE POSTOS DE VIGIA

A rápida intervenção em caso de incêndio é uma condição fundamental em matéria de protecção da floresta contra incêndios. Assim é essencial que todos os fogos sejam detectados no seu início. A rede de detecção assenta nos postos de vigia, cuja concentração depende da importância florestal, da topografia, do risco e da frequência dos incêndios. O inconveniente da detecção através dos postos de vigia resulta da existência de áreas sombra para a vista humana (CRISE, 2006).

A rede nacional de postos de vigia é constituída por 236 postos operacionais distribuídos por todo o País, com o objectivo de detectarem os focos de ignição ou confirmar detecções por outras fontes, aumentando a eficácia de detecção dos incêndios florestais.

A análise da visibilidade dos postos de vigia permite identificar as áreas mais críticas em que a vigilância fixa não é eficaz, permitindo assim identificar as zonas com necessidade de outro tipo de vigilância ou de adensamento/alteração da rede de postos de vigia.

Para a avaliação das áreas de visibilidade do município de Coruche, utilizou-se a Carta de Visibilidades da Rede Nacional de Postos de Vigia disponibilizada pelo Instituto Geográfico Português. Esta carta é resultado da junção das bacias visuais de todos os postos de vigia, obtidas através do cruzamento entre o raio de visibilidade efectiva de cada posto (15 Km) e o modelo digital de terreno.

Através da carta de visibilidades (**Mapa 15**) consta-te que praticamente todo o concelho é coberto pela visibilidade dos postos de vigia, havendo algumas zonas sombras, principalmente o fundo de alguns vales.

Quadro 28 – Postos de vigia considerados para a elaboração da carta de visibilidades.

Nome	Altura Plataforma (m)	Código PV	Coordenada x	Coordenada y	Concelho	Distrito	Freguesia	CM 25 mil
S. Torcato	10,4	53-03	166505,8699	208187,5021	CORUCHE	SANTARÉM	BRANCA	420
Agolada	31	53-01	167306,708	228169,732	CORUCHE	SANTARÉM	CORUCHE	392
Cascavel	10,1	53-02	155283,4757	222455,8927	CORUCHE	SANTARÉM	FAJARDA	392
Montargil	4	64-02	195323,7423	234378,4075	PONTE DE SÔR	PORTALEGRE	MONTARGIL	380

Fonte: Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves (CEABN), 2004.

3.3.5.2. VIGILÂNCIA MÓVEL E FIXA

O Corpo de Bombeiros Municipais de Coruche efectua vigilância móvel ocasionalmente, ou quando, se verificar risco de incêndio muito elevado ou máximo. Quando o risco de incêndio está acima de muito elevado sai para local, a determinar pelo comandante, uma equipa de vigilância.

Equipa de Sapadores

A equipa de sapadores (ESF APFC 01-185), equipada com Kit de primeira intervenção e um veículo todo o terreno efectua vigilância nos percursos estabelecidos pela APFC. Esta equipa actua das 11h30m às 20 h. A equipa de sapadores deverá posicionar-se nos respectivos LEE quando se verifica situação de alerta amarelo, laranja e vermelho, ou sempre que se justifique (**Mapa 16**).

Equipas AGRIS

Um dos programas móveis integrados na vigilância a nível do município de Coruche prende-se com a candidatura por parte da Associação de Produtores Florestais de Coruche e limítrofes (APFC) à Medida Agris, nomeadamente à Acção 3.4 “Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Abióticos”. Esta candidatura tem como área de abrangência todo o concelho de Coruche e algumas zonas dos concelhos limítrofes. A vigilância é feita nos percursos definidos pela APFC nas oito freguesias. Esta é feita por equipas de 1ª intervenção no período de 1 de Junho a

15 de Setembro, durante 7 dias por semana em rotatividade quinzenal e em percursos pré definidos por equipa. Estas equipas efectuam vigilância no seguinte horário das 12 h às 20 ou das 13h às 21 h. As equipas devem posicionar-se nos respectivos LEE quando se verifica situação de alerta amarelo, laranja ou vermelho no horário das 14h30 às 17h00.

3.3.6. PRIMEIRA INTERVENÇÃO

O Corpo de Bombeiros Municipais de Coruche possui duas Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) cada uma constituída por cinco elementos. Quando é accionado o alarme sai uma equipa de combate a incêndios num VFCI (Veículo Florestal de Combate a Incêndios) com uma guarnição de cinco elementos em direcção ao local onde deflagra o incêndio. Depois sai do quartel a segunda equipa num veículo florestal de combate a incêndios, com cinco elementos e um veículo tanque táctico de (VTTU) de apoio com dois elementos.

No caso dos sapadores florestais e das equipas AGRIS a 1ª intervenção ocorre quando as equipas, na sua área de intervenção, detectam ou são alertadas (via rádio ou telefónica) para a existência de um foco de incêndio. Estas equipas comunicam ao coordenador da APFC, que por sua vez, comunica a ocorrência ao CDOS e aos Bombeiros. A 1ª intervenção cessa com a chegada dos bombeiros (**Mapa 17**).

A AFOCELCA efectua 1ª intervenção quando a equipa de Sapadores florestais visualiza ou é alertada para a ocorrência de um foco de incêndio, devendo comunicar ao CDOS e aos bombeiros. A AFOCELCA intervém no município de Coruche apenas nas suas propriedades (Herdade da Agolada de Cima). A 1ª intervenção cessa com a chegada dos bombeiros.

3.3.7. COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-RESCALDO

O combate é feito pelo Corpo de Bombeiros Municipais de Coruche.

O rescaldo, parte integrante do combate ao incêndio é feito por pessoal que se encontra no combate directo às chamas. O pessoal nas operações de rescaldo, só abandona o local depois de assegurar que eliminou toda a combustão na área

ardida, ou que, o material em combustão encontra-se devidamente isolado e circunscrito e que não constitui perigo de reacendimento.

O rescaldo é feito por bombeiros e, sob comando do Comandante de Operações de Socorro (COS), poderão ser reforçadas as operações de rescaldo pelas equipas de 1ª intervenção da APFC e pela ESF (**Mapa18**).

Depois de efectuado o rescaldo do incêndio pelos elementos dos bombeiros, e no caso de haver no terreno equipas de 1ª intervenção e Sapadores Florestais da APFC, estas deverão fazer a vigilância pós-rescaldo e, só devem abandonar a área ardida, depois de certificarem que não existem sinais de combustão de forma a evitar possíveis reacendimentos.

3.3.8. DESPISTAGENS DAS CAUSAS DE INCÊNDIO

3.3.8.1.GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

No caso particular da despistagem das causas dos incêndios, a missão da patrulha consiste em averiguar eventuais causas e identificação/detenção dos eventuais autores e ou preservação de vestígios. Todo este procedimento é geralmente articulado em colaboração com os Bombeiros e a Polícia Judiciária. No final de cada incêndio é elaborado o correspondente auto de notícia para o Tribunal e Polícia Judiciária.

3.3.8.2.POLÍCIA JUDICIÁRIA

O departamento de investigação criminal da Polícia Judiciária é o responsável pela investigação dos incêndios. Após ser contactada, a Policia Judiciária recolhe informação junto dos agentes de DFCl envolvidos, identifica testemunhas e tenta preservar a área de início do incêndio. Está assegurado o mecanismo de comunicação com esta polícia sempre que se justificar 24 horas por dia.

3.3.9. APOIO AO COMBATE

A carta de apoio ao combate (**Mapa 19**) é baseada nas infra-estruturas existentes de apoio ao combate, principalmente na rede viária, rede de pontos de água e nas

áreas ardidas anualmente (1990-2004). As faixas de gestão de combustível não estão executadas, pelo que não estão representadas.

Quadro 29 – Metas, responsáveis e indicadores do 3º Eixo Estratégico.

Acção	Responsáveis	Unid	Indicadores				
			2007	2008	2009	2010	2011
Melhorar o desempenho das equipas móveis de vigilância	CMDFCI/GTF	Recolha de informação da actividade	1º e 4º trimestre	1º e 4º trimestre	1º e 4º trimestre	1º e 4º trimestre	1º e 4º trimestre
Integrar a actuação dos vários elementos DFCI	CMDFCI	Implementação de medidas e coordenação operacional na elaboração do PMDFCI/POM	X	X	X	X	X
Proceder ao levantamento das máquinas de rastos, tractores e <i>bulldozers</i> existentes no município	SMPC	Levantamento	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio	CMDFCI	Levantamento de áreas de risco	1º e 2º Semestre	1º e 2º Semestre	1º e 2º Semestre	1º e 2º Semestre	1º e 2º Semestre

3.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSSISTEMAS

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento futuro da sua resiliência. Segundo as Orientações Estratégicas Para a Recuperação de Áreas Ardidas, a recuperação de áreas ardidas envolve, tradicionalmente e para os sistemas florestais de silvicultura não intensiva, três fases distintas:

- A primeira, muitas vezes designada como de “intervenção” ou “estabilização de emergência”, decorre logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de combate ao incêndio e visa não só o controlo da erosão e a protecção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infraestruturas e das estações e *habitats* mais sensíveis;
- Segue-se uma fase de “reabilitação”, nos dois anos seguintes, em que se procede, entre outras acções, à avaliação dos danos e da reacção dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, ao controlo fitossanitário, a acções de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis;
- Na terceira fase são planeados e implementados os projectos definitivos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.

Duas questões fundamentais se colocam no planeamento da recuperação de espaços florestais ardidos (Orientações Estratégicas Para a Recuperação de Áreas Ardidas, 2005):

1. Redefinir (ou definir) os objectivos de médio e longo prazo da gestão florestal e as funções associadas aos espaços;
2. Definir as acções necessárias para que o risco de destruição pelo fogo seja fortemente diminuído.

Assim, segundo as Orientações Estratégicas Para a Recuperação de Áreas Ardidas (2005), identificaram-se os seguintes princípios gerais a observar no planeamento da recuperação das áreas ardidas, que enquadram todas as actividades de reabilitação das regiões afectadas pelos incêndios florestais:

1. A intervenção deverá identificar as funções dos espaços florestais e os modelos de silvicultura, de organização territorial e de infraestruturacão mais adaptados a cada caso, os quais deverão ser definidos com base nas seguintes componentes:

- Avaliacão do efeito do fogo nos ecossistemas;
- Avaliacão da potencialidade das estaçoes;
- Integração das condicionantes socio-territoriais, incluindo as decorrentes dos planos municipais, planos florestais e planos especiais, para além da legislação geral;
- Conhecimento da vontade e das expectativas dos proprietários.

Especial relevância deve ser dada à integraçao da gestão florestal nas estratégias locais e regionais de desenvolvimento sócio-económico e de organizaçao dos espaços rurais, sem a qual não há garantia da sustentabilidade das opções técnicas.

2. A incorporaçao das regras de DFCI, definidas regional e localmente e não só as relativas à estruturaçao dos povoamentos mas também à criaçao e manutençao optimizadas de infra-estruturas, é uma condiçao *sine qua non* para a viabilizaçao e implantaçao dos povoamentos.

3. As intervenções propostas deverão ajustar-se às reais necessidades, numa óptica de análise de custo-benefício e de diminuicão dos impactes nos sistemas florestais, tendo sempre em linha de conta os objectivos previamente estabelecidos para cada unidade de gestão.

4. Deverão ser utilizados e optimizados, sempre que possível, os processos naturais.

5. Os espaços florestais a reconstituir deverão ser mais produtivos, mais estáveis, sempre que possível mais próximos dos sistemas naturais, mais diversificados e mais resilientes à acção do fogo.

Os modelos de intervençao propostos para cada região devem ter em consideraçao, sempre que possível, o efeito do agravamento das condiçoes

climáticas projectado para as próximas décadas [aumento da temperatura média, prolongamento da época seca], quer no que respeita ao maior risco meteorológico de incêndio, quer no que respeita às exigências ecológicas das espécies e dos sistemas florestais.

6. A recuperação florestal deve ocorrer num contexto de progressiva adopção de novas figuras de gestão florestal profissional, designadamente de ZIF e de PGF.

No município de Coruche não existem áreas ardidas superiores a 500 ha. No entanto, a CMDFCI irá desenvolver acções de acompanhamento e monitorização das áreas ardidas relativamente aos fenómenos de erosão e de regeneração da vegetação ardida, de forma a obter informação possibilitando actuar no futuro atempadamente.

-  Avaliação e monitorização de todas as áreas ardidas, estabelecendo parcelas em locais que se identifiquem como mais problemáticos na capacidade de regeneração, e proceder a recolha de dados (ficha de levantamento de dados a elaborar para que, em situações semelhantes sejam tomadas medidas imediatas de acordo com previsões baseadas nos dados recolhidos. Serão ainda registadas todas as situações de fitossanidade que se identifiquem como consequentes dos incêndios.
-  Intervenção imediata nos locais mais sensíveis em termos de erosão com intervenção localizada e na prevenção de problemas fitossanitários como seja o escoamento de material lenhoso.
-  Adoptar uma estratégia de ordenamento das áreas ardidas superiores a 500 ha, identificando as situações mais problemáticas, aplicando as Orientações Estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação com elaboração de um documento com as orientações para reflorestação da área ardida em causa, criando assim um instrumento de orientação da tomada de decisão do Município e divulgação pelo GTF.

Quadro 30 – Metas, responsáveis e indicadores do 4.º Eixo Estratégico.

Acção	Metas	Unidades	Indicadores				
			2008	2009	2010	2011	2012
Avaliação e Monitorização	Incêndios com área superior a 500 ha	Nº parcelas/inc	3	3	3	3	3
	Incêndios < 500 ha	Nº parcelas/inc	1	1	1	1	1
Intervenção imediata	Acções de prevenção à erosão	ha					
	Escoamento de material lenhoso						
Estratégia de ordenamento dos espaços degradados	Incêndios >500 ha	Nº doc de orientação/inc .	1	1	1	1	1

Nota: o nº de parcelas deverá ser superior de acordo com as características do relevo e ocupação do solo anterior ao incêndio

As acções preconizadas não foram orçamentadas por não haver elementos suficientes para o efeito, sendo que os elementos da CMDFCI deverão participar activamente no sentido de serem atingidas as metas procedendo-se à divulgação dos resultados na altura da revisão do PMDFCI.

3.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA E EFICAZ

O 5º Eixo estratégico de adaptação de uma estrutura orgânica e eficaz tem como objectivo operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e fomentar as operações de DFCI garantindo apoio técnico e logístico necessário.

Quadro 31 – Objectivos, acções e metas do 5º Eixo Estratégico.

Objectivo Operacional	Acções	Indicadores
Objectivo estratégico: Operacionalizar a CMDFCI		
Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico	Anualmente a CMDFCI de Coruche deve assentar a sua actividade em planos expeditos de carácter operacional (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal	1 Por ano

A coordenação dos vários intervenientes de Defesa da Floresta Contra Incêndios é fundamental para que as acções a realizar no âmbito do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios sejam eficazes. A coordenação dos vários intervenientes na execução deste plano é da competência da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

3.5.1. PROGRAMA DE ACÇÃO

Para que a implementação deste plano seja eficaz, é imprescindível elaborar anualmente o Plano Operacional Municipal até 15 de Abril de cada ano, no qual são definidos para o município quais os meios envolvidos na prevenção, detecção, primeira intervenção, combate e rescaldo a incêndios florestais. Para cada entidade são descritos os procedimentos adoptados em cada situação, os meios disponíveis, as áreas de intervenção, os locais estratégicos de estacionamento, entre outros. Pretende-se desta maneira, conseguir uma resposta rápida e eficaz no combate aos incêndios, com a articulação de todos os intervenientes e meios envolvidos.

Os capítulos e sub-capítulos que constituem o Plano Operacional Municipal, segundo a Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio e que constam no PMDFCI de Coruche são os seguintes:

Introdução

1. Enquadramento Geográfico do Município

2. Histórico e Causalidade dos Incêndios Florestais

- 2.1. Área ardida e ocorrências – Distribuição Anual
- 2.2. Área ardida e ocorrências – Distribuição Mensal
- 2.3. Área ardida e ocorrências – Distribuição semanal
- 2.4. Área ardida e ocorrências – Distribuição horária
- 2.5. Área ardida em espaços florestais
- 2.6. Área ardida e ocorrências por classes de extensão
- 2.7. Pontos de início e causas
- 2.8. Fontes de alerta

3. Análise do Risco de Incêndio

- 3.1. Mapa de Perigosidade
- 3.2. Mapa de Risco de Incêndio
- 3.3. Mapa de Prioridades de Defesa

4. Áreas Protegidas

5. Organização do Dispositivo DFCl

- 5.1. Meios e Recursos
- 5.2. Dispositivos Operacionais DFCl
 - 5.2.1. Alerta Amarelo
 - 5.2.2. Alerta Laranja
 - 5.2.3. Alerta Vermelho
- 5.3. Sectores territoriais de DFCl e Locais estratégicos de estacionamento
- 5.4. Vigilância e detecção
 - 5.4.1. Vigilância Fixa
 - 5.4.2. Vigilância Móvel
- 5.5. Primeira Intervenção
- 5.6. Combate, Rescaldo e Vigilância Pós- Incêndio
- 5.7. Apoio ao Combate

Será feita a divulgação do PMDFCl do Município de Coruche no “*site*” da Câmara Municipal de Coruche.

Durante a época crítica de incêndios foram realizadas várias reuniões de coordenação intermunicipais, onde foi feito o ponto da situação dos incêndios florestais, a análise estatística dos incêndios florestais do corrente ano e a comparação com o último quinquénio em cada município. Cada uma das entidades

teve oportunidade de intervir e informar as restantes entidades sobre a sua actuação na defesa da floresta.

Quadro 32 – Metas, Responsáveis e Indicadores do 5º Eixo Estratégico.

Acção	Metas	Unidades	Indicadores				
			2007	2008	2009	2010	2011
CMDFCI deve assentar a sua actividade em planos de carácter municipal	Elaboração do Plano Operacional Municipal (POM)	1 POM por ano	1	1	1	1	1

CADERNO II

INFORMAÇÃO DE BASE

4. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Tendo sido elaborada no âmbito da revisão do PDM de Coruche a caracterização, integram-se neste capítulo partes dessa caracterização, adaptada às normas de elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

4.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO

O Município de Coruche situa-se na margem sul do Tejo, está integrado na sub-região da Lezíria do Tejo e, turisticamente, na Região de Turismo do Ribatejo. É delimitado a norte pelos Municípios de Almeirim e Chamusca; a sul pelos Municípios de Vendas Novas e Montemor-o-Novo; a nascente pelos Municípios de Ponte de Sôr, Mora e Arraiolos e a poente pelos Municípios de Salvaterra de Magos e Benavente (**Mapa 20**). É o 10º maior concelho de Portugal, com uma área de 1116 km² e 111 573, 49 ha.

É constituído por oito freguesias: Biscaíño (8140,30 ha), Branca (11732,16 ha), Coruche (24267,81ha), Couço (34661,40 ha), Erra (6384,37ha), Fajarda (4990,23 ha), S. José da Lamarosa (11089,56 ha) e Santana do Mato (10307,64 ha).

O Município de Coruche pertence à área de abrangência da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO), da Circunscrição Florestal do Sul (Évora) e do Núcleo Florestal do Ribatejo e Área Metropolitana de Lisboa.

4.2. MODELO DIGITAL DO TERRENO OU ALTITUDE

O modelo digital do terreno (**Mapa 21**) permite uma melhor percepção do relevo através da explicitação de cotas significativas para a definição da morfologia do terreno.

Analisando a **Mapa 21** é de referir que o extremo sudoeste do Município é o mais aplanado. As áreas mais elevadas ocorrem na freguesia do Couço, na fronteira com os Municípios de Montemor-o-Novo e Arraiolos atingindo os 260 m de altitude.

A altitude mínima encontra-se no vale do Sorraia, a oeste, na zona mais a jusante do Município de Coruche com 5 m.

A variação de altitude é praticamente homogénea, aumentando gradualmente a partir do talvegue do Sorraia para as peneplanícies adjacentes e, ao longo do rio, de jusante para montante. Embora com variações não muito diferenciadas, a maior amplitude regista-se a sul e sudeste do Município, com as zonas de cumeada acima da cota dos 125 m. Em geral, a zona oeste encontra-se abaixo dos 100 m, e na zona este existem algumas zonas onde a altitude ultrapassa os 150 m.

Os vales e leitos do Sorraia e principais afluentes situam-se entre os 0-50 m de altitude, as encostas entre os 50-100 m, e as colinas entre os 100-150 m.

4.3. DECLIVE

O declive do terreno constitui uma das formas de medição do relevo, pelo que representa outro dos indicadores indispensáveis ao planeamento, permitindo uma caracterização pormenorizada e objectiva do relevo, fornecendo informação quantificada.

Um declive acentuado tem tendência a favorecer a propagação do fogo quer seja pela aproximação dos declives das chamas, devido ao pré-aquecimento favorecido pela continuidade vertical dos combustíveis, devido à presença de fortes ventos ascendentes já que as depressões com grandes declives dão origem a ventos ascendentes intensos, e por proporcionar o desenvolvimento rápido de uma corrente de convecção (Botelho, 1992).

Os declives mais acentuados (acima de 30%) localizam-se principalmente na freguesia da Erra e na freguesia do Couço e ao longo das escarpas envolventes ao Vale do Sorraia (Ver **Mapa 22**). Nestas zonas o combate torna-se mais difícil, sendo necessário criar estratégias mais eficazes de DFCl, nomeadamente na prevenção. Nas áreas mais aplanadas os problemas são menores, excepto em situações pontuais.

Declives superiores a 15% estão restritos à margem direita do Vale do Sorraia, a oeste da vila de Coruche e Sul da Fajarda. De diminuta relevância, surgem ainda pequenas zonas ao longo da Ribeira da Erra, Sor, Raia, Fanica e Lavre.

As áreas com declives entre 8 e 15 % encontram-se, a norte do rio Sorraia, nas margens da Ribeira da Lamarosa, da Ribeira da Erra, do Vale do Sorrão, do Vale de Paredes, do Vale do Tufo e do Vale Mosteiro, na Barragem da Agolada, na envolvente da Varejola, nas encostas do cabeço do Raivozinho, da Ribeira da Fanica, da Ribeira do Divôr, na margem sul da Ribeira de Lavre e na margem sul do Rio Sorraia, no limite Oeste.

Os declives menores que 8 % encontram-se dispersos por todo o Município. A zona do Vale do Sorraia é a mais aplanada com declives entre 0 e 2% e é também considerada a zona do Município onde o risco de incêndio é mais reduzido.

4.4. EXPOSIÇÃO

A análise das exposições solares (**Mapa 23**) consiste na identificação da orientação das encostas do terreno relativamente, neste caso, às quatro direcções cardeais (N, S, E, O).

A exposição do relevo é um factor que influencia a propagação do incêndio por determinar as variações no tempo atmosférico durante o dia, já que há medida que a posição do Sol se modifica varia a temperatura à superfície, bem como a humidade relativa, o conteúdo em humidade dos combustíveis e a velocidade e direcção dos ventos locais (IGP, 2004).

As encostas mais ensombradas detêm mais combustíveis que as encostas ensolaradas. As encostas mais ensolaradas detêm menores teores em humidade, ardem mais rápido e atingem temperaturas mais elevadas.

As exposições dominantes no concelho são, globalmente, Norte e Este, seguido de Sul e, por fim Oeste.

De um modo geral, as encostas expostas a Sul recebem maior quantidade de radiação ao longo do ano. Encontram-se ao longo dos vales e encostas

correspondentes à margem Norte do Rio Sorraia, Ribeira de Magos, Ribeira da Lamarosa, Ribeira do Lavre e, pontualmente, nas margens das restantes Ribeiras.

As encostas expostas a Este são mais frias que as anteriores, uma vez que a radiação recebida concentra-se durante as primeiras horas do dia, sendo progressivamente gasta – este tipo de exposição encontra a sua maior expressão a NE da área de estudo, mesmo que de reduzidas dimensões. De forma mais dispersa mas geralmente de maiores dimensões, aparecem na confluência da Ribeira do Sor com a Ribeira da Raia, na margem direita da Ribeira do Divor, na margem Norte do Rio Sorraia e Ribeira da Lamarosa.

As encostas expostas a Oeste, são mais frias que as sul mas mais quentes que as Este pois vão recebendo e acumulando radiação solar ao longo do dia. Encontra-se a sua maior mancha nos vales e encostas correspondentes à margem Sul do Rio Sorraia, a Este da nascente da Ribeira de Magos.

Exposições a Norte encontram-se ao longo dos vales e encostas correspondentes à margem Sul do Rio Sorraia, margem esquerda da Ribeira do Divor e margem direita da Ribeira do Trejoito e da Ribeira da Lamarosa. Nestas zonas o perigo de incêndio é menor porque, a quantidade de humidade presente nos combustíveis florestais é superior, retardando assim a propagação do incêndio.

4.5. HIDROGRAFIA

A existência de pontos de água com boas condições de acessibilidade pelos meios aéreos ou terrestres constitui um factor importante no combate aos incêndios florestais, por facultar o acesso à água quer por parte dos bombeiros quer pelas próprias populações. A sua localização e referência são fulcrais para a eficácia no combate (**Mapa 24**).

Em termos de rede hidrográfica, o Município de Coruche apresenta uma densidade hidrográfica aceitável para apoio ao combate dos incêndios florestais. Ao longo de todo o Município estão dispersos vários açudes, com alguma capacidade de armazenamento e que permitem o acesso aos meios aéreos. Para além dos açudes também existem alguns cursos de água permanentes, que facilitam o abastecimento aos bombeiros.

Em termos de defesa da floresta contra incêndios todo o Município está capacitado de pontos de água, a maior parte deles com bom acesso permitindo uma mais rápida intervenção por parte das equipas de combate a incêndios.

5. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

5.1. REDE CLIMATOLÓGICA

O Município de Coruche tem actualmente em funcionamento a Estação Meteorológica de Coruche, localizada no Centro de Estudos do INIA (na Baixa do Sorraia) e os Postos Udométricos de Lamarosa, Coruche e S. Torcato.

A caracterização de cada um dos parâmetros climáticos é feita com base nos registos médios mensais e anuais, destacando-se os meses de maior e menor valor, e por fim enquadra-se o clima regional nas diversas classificações climáticas. Não foi possível obter dados climáticos recentes para o Município, no entanto, optou-se por utilizar os dados existentes no actual PDM e apenas da estação meteorológica do INIA, porque apresenta valores de anos mais recentes (1981-1990).

O clima da região é marcadamente influenciado pelas massas de ar de origem atlântica e pelas características intrínsecas de certa continentalidade, que são expressas pelas elevadas amplitudes térmicas, face ao afastamento dos efeitos directos moderadores das massas de ar marítimo carregadas de humidade.

Os efeitos do anticiclone dos Açores e da depressão de origem térmica sobre a Península Ibérica influenciam o estado do tempo, demarcando o período de Verão e caracterizando-o, face à ausência de precipitações ou ocorrência apenas de aguaceiros ocasionais. De um modo geral, neste período, o céu apresenta-se limpo.

À medida que esta frente anticiclónica deixa de exercer a sua influência, vai dando lugar à passagem do sistema depressionário, arrastando consigo massas de ar húmido, que a partir de Setembro começam a descarregar sob a forma de aguaceiros ou chuva intensa, assim se mantendo até Abril. Durante este período invernal a temperatura descai, por vezes sob a influência de massas de ar polar de origem continental, transportadas na circulação do anticiclone dos Açores. Nos dias

descobertos as temperaturas podem atingir valores muito baixos devido à forte irradiação nocturna.

5.2. TEMPERATURA

Na **Figura 4** está representada a temperatura média mínima, média e máxima do concelho de Coruche entre 1981 e 1990.

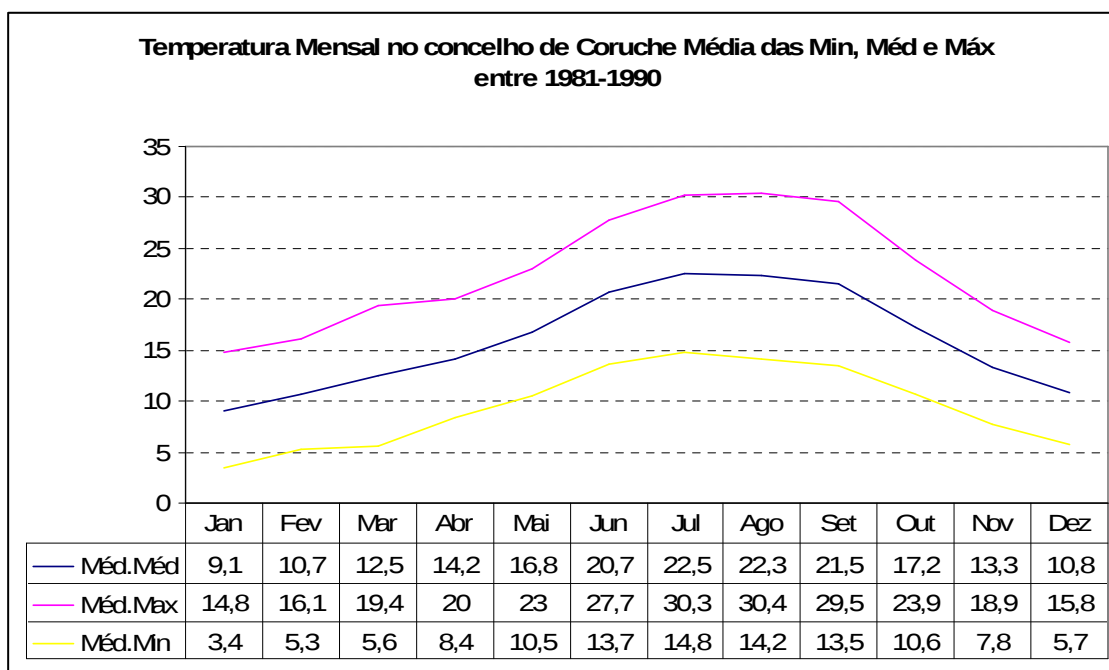


Figura 4 -Temperatura mensal média entre 1981 e 1990.

A variação deste parâmetro é relativamente pequena por estar condicionada à extensa peneplanície mio-pliocénica da bacia do Tejo, onde os efeitos do relevo e as condições de influência micro-climática são praticamente nulos.

O valor da temperatura média anual é de 16°, sendo os meses de Julho e Agosto os mais quentes, respectivamente com 22,5°C e 22,3°C e Janeiro e Fevereiro os mais frios, com 9,1°C e 10,7°C. O valor médio anual da temperatura máxima é de 22,5°C, registando-se valores máximos em Julho (30,3°C) e Agosto (30,4°C) e mínimos em Dezembro (15,8°C) e Janeiro (14,8°C). A temperatura mínima média anual é de 9,5°C, salientando-se um valor mínimo em Janeiro (3,4°C) e máximo em Julho (14,8°C).

5.3. HUMIDADE

Na **Figura 5** está representada a humidade relativa mensal média no concelho de Coruche às 15 horas entre 1981e 1990.

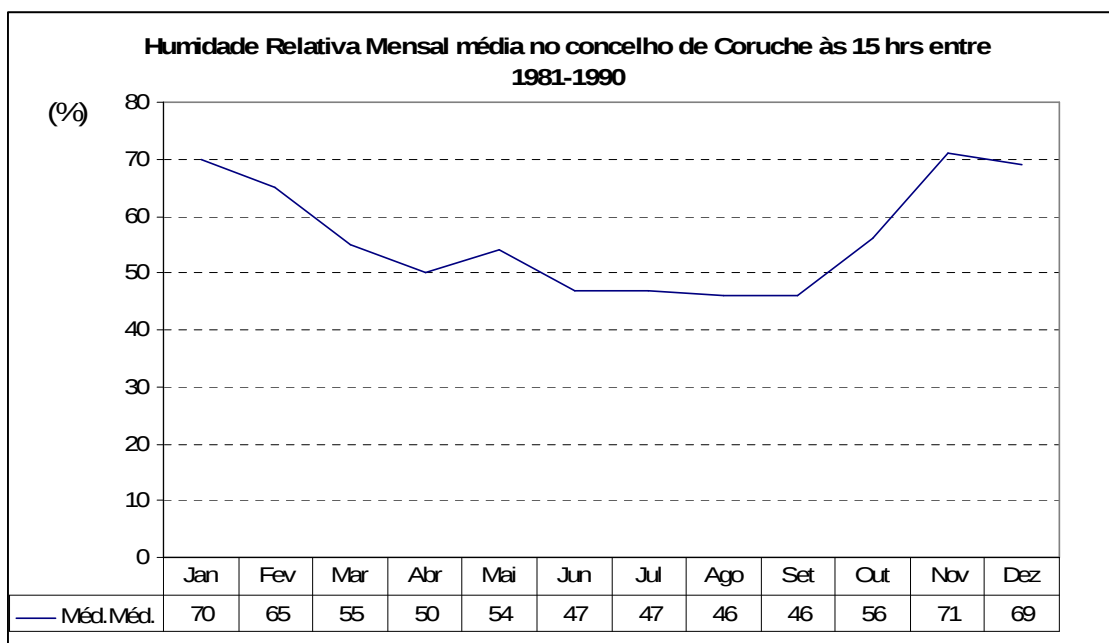


Figura 5 – Humidade relativa mensal média entre 1981 e 1990.

Às 15 horas, a humidade relativa média anual é de 56%, com máximos no trimestre de Novembro a Janeiro (69 - 71%) e mínimo no quadrimestre de Junho a Setembro (46 - 47%).

5.4. PRECIPITAÇÃO

Na **Figura 6** está representada a precipitação média no concelho de Coruche entre 1981 e 1990.

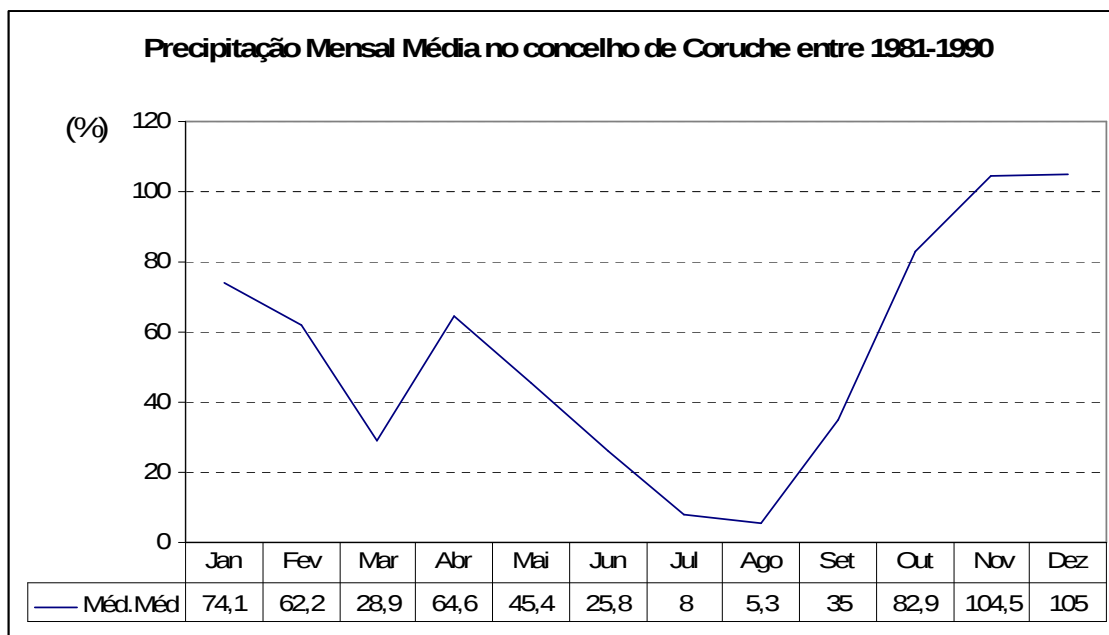


Figura 6 – Precipitação mensal média no concelho entre 1981 e 1990.

Com base na Mapa regional das isoietas, constata-se que os totais médios anuais da precipitação se situam entre os 650 e 750mm, distribuindo-se por oito meses, em correspondência com cerca de 90% do total médio anual. Os meses de maior pluviosidade são Dezembro, com quantitativos que oscilam entre os 105 e os 115mm, contribuindo o período de cinco meses de Novembro a Março com cerca de 60/70% do quantitativo médio anual de precipitação. A distribuição da precipitação no ano é variável entre 66 e 100 dias, dos quais, 23 a 31 dias têm valores pluviométricos acima dos 10mm.

5.5. VENTOS DOMINANTES

Os rumos de vento mais frequentes são os de NW, com média anual de 30,5%, seguindo-se-lhes os de SW e NW, respectivamente com 19,6% e 18,2%. Respeitantes a estes mesmos rumos, as velocidades médias oscilam entre 8,4 e 10,7km/h. No Verão é notável a predominância dos ventos que sopram do NW, com uma frequência próxima dos 50% (46,4% em Agosto), enquanto no Inverno as maiores frequências são do quadrante Noroeste (37% em Dezembro).

Acidentalmente ocorrem rajadas de velocidade superior a 36km/h, principalmente em Março (0,3 dias/ano) e com carácter esporádico em Fevereiro, não se registando velocidades acima dos 55km/h. A localização da Estação Meteorológica de Coruche na baixa do Sorraia e em situação de fundo de vale deverá explicar esta relativa acalmia atmosférica.

Quadro 33 – Vento. Frequência f (%) e velocidade média V (Km/h) por rumo Coruche.

	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C F	V. Média
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V		
Jan	3,8	7,4	28	8	3,1	8,9	8,7	8,1	2,5	11,4	17	9,1	4,9	10,9	16,8	11,3	15	5,8
Fev	1,5	7,3	28,9	8,7	2,4	9	10,5	9,9	1,7	12,6	20,5	11,5	6,8	12,1	17,6	13,2	10	7,3
Mar	4,9	10,9	24,7	11	5,2	11,5	4,5	9,6	0,9	13,3	14,6	8,3	3	11,8	32,3	12,2	9,9	7,4
Abr	5,8	11,5	15,3	9,2	1,6	13,7	9,5	8,1	3	11,7	20,2	13,2	11,1	13,3	30,2	13,7	3,2	8,5
Mai	3	11,1	10,8	11,6	2,4	10,3	4,1	8,4	2,6	14,9	23,8	10,4	12,2	10,5	37	12	4,1	7,8
Jun	2,7	9,5	8,4	7,4	0,8	6,3	2,9	6,2	1,7	8,1	21,9	10	11,4	10,2	44	11,3	6,1	7,3
Jul	3,4	7,4	5,3	8,4	0,4	3	1,4	5,4	0,8	6,8	20,7	8,4	13,8	10	45,2	9,8	9,1	6,5
Ago	5,1	6,3	6,7	5,5	0,4	5,5	1	7,8	1,4	9,3	21,3	8	8,8	8,9	46,4	10	8,8	6,1
Set	5,3	7	12,1	7,2	0,6	9	4,5	10,3	2	10,6	22,1	9,5	8,6	8,3	32,3	8,3	12,5	5,3
Out	5,5	9,4	19,8	7,4	2,4	9,8	6,9	9,5	3,4	13,9	18,2	11	3,4	10,9	28,1	8,2	12,3	5,5
Nov	4	8,4	25,4	7,1	4,8	10,2	8	9,5	3,8	12,3	18,1	9,6	1,9	7,6	18,5	9,1	15,5	5,7
Dez	0,9	14,8	37	8,4	3,5	10,2	7,6	10,2	4,1	11,7	17	10,1	3,5	6,1	12,4	11	14,1	6,4

6. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

6.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E POR FREGUESIA (1981/1991/2001) E DENSIDADE POPULACIONAL

A distribuição da população por dimensão de lugares permite, apesar da alteração de critérios nos censos, aferir de forma clara como é que a população se distribui no espaço (**Mapa 25**).

Apesar da reduzida densidade populacional de todas as freguesias, verifica-se que as freguesias de Coruche e Fajarda apresentam densidades superiores às freguesias de Santana do Mato e Couço, estas últimas com valores entre os 9 e os 12 habitantes por km². A conjugação das três variáveis, anteriormente analisadas, resulta na conclusão genérica de que, as freguesias a poente apresentam dinâmicas mais favoráveis que as freguesias de Santana do Mato e Couço, confirmando a diferença entre as freguesias que integram, segundo o Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, a periferia metropolitana e as freguesias de transição para o Alentejo.

Em termos populacionais, em 2001, as freguesias que concentram maior número de habitantes são, a sede de concelho, com 9221 habitantes, sendo a única que regista um valor superior a 5000 habitantes, seguida de duas freguesias com população entre os 2000 e os 5000 – Couço, com 3180 habitantes, S. José da Lamarosa, com 2017. As restantes freguesias têm entre 1000 e 2000 habitantes.

Em termos de DFCl, a freguesia de Coruche regista o maior número de ocorrências, devido à elevada densidade populacional que possui comparada com as restantes freguesias do Município. No entanto, apesar da elevada taxa de ocorrências não é a freguesia em que o valor da área ardida é superior.

6.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (2001)

A distribuição da população por grandes grupos etários, em 2001, por freguesias, revela que as freguesias do quadrante nascente e norte – Couço, Santana do Mato e S. José da Lamarosa, são as que apresentam uma maior percentagem de população idosa, e por conseguinte um índice de envelhecimento mais elevado. Relativamente à população jovem, as freguesias de Coruche e do quadrante nascente, Fajarda e Biscaíño, são aquelas que apresentam uma situação mais favorável já que têm uma percentagem de jovens elevada.

O índice de envelhecimento, em 2001, por freguesias, transmite uma imagem muito clara da realidade socio-demográfica do concelho, diferenciando em duas realidades distintas – a zona poente, na periferia metropolitana e a zona norte e nascente de transição para a realidade alentejana. Esta leitura genérica, complementa-se com as disparidades internas do concelho sendo possível identificar, a “força”/juventude da freguesia da sede de concelho e poente em oposição às freguesias a norte e nascente.

À semelhança da realidade portuguesa, a população do concelho encontra-se na encruzilhada entre um envelhecimento e despovoamento de algumas áreas e a concentração urbana nos lugares de maior dimensão.

O predomínio da população idosa, vivendo em aglomerados que, ao longo dos tempos, foram perdendo a sua população, é uma imagem somente contrariada pela “força” das relações de proximidade que se estabeleceram entre os habitantes, pelo equilíbrio que se estabeleceu entre a população e o meio natural que suporta a economia rural, pelo património natural que as “desvantagens” da posição geográfica tem permitido manter e pelo crescente investimento público em equipamentos, infraestruturas, oferta de solo para as actividades económicas e habitação que impulsiona alguns estímulos de desenvolvimento social, nestas áreas.

Não foi possível fazer uma representação gráfica deste ponto, dado não existirem dados disponíveis para 1981 e 1991.

6.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE (%) 2001

A distribuição da população por sectores de actividade nas freguesias (**Mapa 26**) está associada às dinâmicas já identificadas, resultantes da dualidade das realidades socio-económicas do Município.

A distribuição da população empregada por freguesias em 2001, salienta o predomínio do sector primário nas freguesias de Santana do Mato, S. José da Lamarosa, Biscaíno e Branca, do sector secundário na Fajarda e no Couço e a importância do sector terciário em Coruche, Fajarda, Erra e Santana do Mato.

Numa análise genérica entre 1991 e 2001, é possível afirmar que a repartição da população pelos três sectores se tornou mais equilibrada, salientando-se o facto de, por exemplo, em 1991, nas freguesias onde o sector primário é actualmente dominante, este ter, na década passada, um peso superior a 60%, variando em 2001 entre 35 e 38%.

6.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991/2001)

Da evolução da taxa de analfabetismo de 1991 para 2001 ressalta a dinâmica negativa do concelho que não acompanhou as melhorias verificadas na região e no país.

Confirma-se, desta forma, que é nos centros urbanos mais dinâmicos que as melhorias são mais significativas fruto da maior percentagem de população jovem, do maior investimento/preocupação das famílias com a educação dos filhos e da maior/melhor oferta de equipamentos.

A análise da taxa de analfabetismo, por freguesia, para o ano de 2001, permite identificar quais as freguesias com maiores problemas ao nível da instrução/qualificação da sua população (**Mapa 27**).

As freguesias do Couço, Santana do Mato e S. José da Lamarosa são as que apresentam taxas de analfabetismo superiores às médias regionais e concelhias, sendo nestas que se registam os valores mais elevados da taxa de analfabetismo (> a 25%).

Apenas foi possível fazer uma representação gráfica deste ponto com dados para 2001, dado não existirem dados disponíveis para 1981 e 1991.

7. PARÂMETROS CONSIDERADOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS

7.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

Para obter dados acerca da ocupação do solo utilizou-se a cartografia de ocupação do solo do *Corine Land Cover* de 2000, que é a mais recente (**Mapa 28**).

No **Quadro 34** está representada a ocupação do solo por freguesia.

Quadro 34 – Ocupação e uso do solo do concelho de Coruche (*Corine Land Cover* 2000).

Freguesia	Ocupação (ha)						Total (ha)
	Áreas Sociais	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies aquáticas	
Biscaíño	25,99	3845,69	4268,20			0,21	8140,09
Branca		3736,53	7970,39			24,89	11731,81
Coruche	251,43	9569,47	14204,98	33,43		207,86	24267,18
Couço	75,90	11253,96	23300,18			30,30	34660,33
Erra		1867,37	4516,85				6384,22
Fajarda		2192,36	2797,74				4990,10
S.José da Lamarosa	33,46		5331,99		129,42		5494,87
Santana do Mato		3967,78	6339,50				10307,28
Total Geral	386,79	36433,16	68729,82	33,43	129,42	263,26	105975,87

Como se pode constatar pelo **Quadro 34** a floresta ocupa uma grande parte do território concelhio, daí torna-se importante tomar medidas que visem a gestão florestal sustentável e a promoção da defesa desta floresta contra agentes abióticos.

7.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS

Através do **Mapa 29** podemos observar o Mapa de povoamentos florestais do Município de Coruche. É de salientar a extensa área de montado que domina todo o concelho, tornando-o o principal produtor de cortiça a nível nacional e o maior exportador de cortiça do mundo. A presença de extensas áreas de montado concomitantemente com a silvo-pastorícia é um factor preponderante para diminuir o risco de incêndio do concelho.

Como se pode observar no **Mapa 29** os pinheiros e o eucalipto também apresentam alguma relevância a nível concelhio encontrando-se dispersos por todo o concelho. A azinheira destaca-se apenas na freguesia do concelho, aparecendo em povoamentos mistos de sobreiro e azinho.

No **Quadro 35** está representada a ocupação do solo por freguesia em 1998.

Quadro 35 – Ocupação do solo em 1998 por freguesia.

Freguesia	Ocupação					Total (ha)
	Sobreiro	Pinhal	Eucalipto	Azinhais	Montado de Sobreiro e Azinho	
Biscaíño	3295,84	599,75	909,10			4804,70
Branca	5983,35	681,84	2101,23			8766,42
Coruche	8669,68	4087,71	3321,24			16078,63
Couço	22976,10	2013,52	604,72	0,81	1448,11	27043,25
Erra	3579,32	545,47	343,92			4468,71
Fajarda	1805,81	384,65	467,74			2658,20
S.José da Lamarosa	5117,06	1462,60	1661,20			8240,86
Santana do Mato	8451,85	194,25	317,24			8963,33
Total	59879,01	9969,78	9726,40	0,81	1448,11	81024,10

Fonte (IGP e CULT, 1998)

No concelho de Coruche a ocupação predominante é o sobreiro, seguida do pinhal e do eucalipto. O azinhal aparece apenas na freguesia do Couço, misturado com o sobreiro.

7.3. ÁREAS PROTEGIDAS

No Município de Coruche, não existem áreas protegidas da rede Natura 2000. Existem dois biótopos constituídos pelo Monte da Barca e pelo Açude da Agolada (**Mapa 30**).

O Biótopo do Monte da Barca é constituído por um açude rodeado por pinhais, e com vegetação ripícola nas margens da albufeira. Esta apresenta algum interesse do ponto de vista de aves aquáticas, sobretudo invernantes (Anatídeos). A área de pinhal envolvente é utilizada no Inverno como dormida do pombo torquaz.

O Biótopo da Agolada é também constituído por um açude, rodeado por pinheiros e com vegetação ripícola nas margens. Possui um parque de merendas, bastante frequentado no verão.

Nestas zonas devido ao seu valor ecológico devem ser definidas estratégias de prevenção mais eficazes de forma, a salvaguardar o património ecológico destes espaços.

7.4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO FLORESTAL

Os instrumentos de gestão florestal não podem ser representados em termos cartográficos apesar de se ter noção que existem no Município, no entanto serão apresentados em quadro (**Quadro 4**).

Toda a área de Charneca do Município – tanto a Norte como a Sul do Rio Sorraia – é caracterizada por extensas áreas de montado de sobro e azinho implantadas em solos ligeiros e profundos. O domínio de montado, a maior mancha contínua de montado de sobro do País, é um importante vector económico da região dado Coruche ser o maior produtor de cortiça do país. Estas zonas têm ainda um valor acrescido pela sua grande apetência silvo-pastoril. As áreas de montado para além da grande relevância no concelho são áreas sujeitas a regime legal de protecção – Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de Junho que estabelece e revoga o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio.

No Município de Coruche, o montado não se caracteriza pelo povoamento disperso em contraste com a característica paisagem Alentejana. Aparece, muitas vezes, intercalado com a floresta de resinosas (*Pinus pinea* e *Pinus pinaster*) e, mais raramente com espécies folhosas (*Eucalyptus globulus* e *Quercus faginea*), espécies edafoclimaticamente adaptadas. Em algumas áreas, dado o elevado rendimento unitário e os incentivos à plantação existentes, muitas das áreas são unicamente de pinhal.

Em todo o Município há uma gestão activa da propriedade, muitos dos proprietários são sócios da Associação de Produtores Florestais de Coruche e limítrofes que desempenha um papel importante junto dos produtores florestais, de forma a apoiar e a incentivar a gestão da propriedade florestal.

O facto da dimensão média da propriedade ser elevada, com uma grande concentração das áreas florestais em explorações de grande dimensão determina uma melhor probabilidade de gestão eficiente e economicamente viável das áreas florestais.

A diversificação das produções e funções associadas aos espaços florestais permite diminuir o risco associado aos investimentos florestais para além de proporcionar um aumento de receitas provenientes dos espaços florestais. A silvo – pastorícia associada ao montado e à criação de raças autóctones, tem ainda uma expressão relevante que importa manter e desenvolver. De igual modo, a actividade cinegética pode contribuir para aumentar o rendimento associado aos espaços florestais.

Quadro 36 – Planos de Gestão Florestal candidatos a apoios ao Fundo Florestal Permanente para 2005-2006.

Entidade	Local	Área (ha)
Maria do Carmo Pinto Ferreira	Herdade do Monte dos Perdegais	69
Sociedade Agrícola do Cascavel, SA	Herdade do Cascavel, Peso e Montinho	1400
Quinta Grande, Lda.	Herdade da Quinta Grande	945
Sociedade Quinta das Terras, Agricultura e Comércio, Lda.	Herdade das Figueiras	1340,16
Sociedade Agrícola Bico da Vela, Lda.	Herdade do Sol Posto	300
Sociedade Agrícola de Pocilgais, S A	Herdade de Pocilgais, Pipa e São Romão	1258
Sociedade Agrícola do Pé d'Erra, Lda.	Herdade do Pé d'Erra	239,8
Sociedade Agrícola Herdade dos Fidalgos Unipessoal, Lda.	Herdade dos Fidalgos	2808,13

Fonte (APFC, 2006).

7.5. ZONA DE RECREIO FLORESTAL CAÇA E PESCA

Relativamente à caça o concelho apresenta uma ocupação com zonas de caça que excede 50 % do concelho, o que se deve ao grande número de zonas de caça associativas e turísticas existentes (**Mapa 31**).

Na **Figura 7** está representada a distribuição das zonas de caça no município de Coruche.

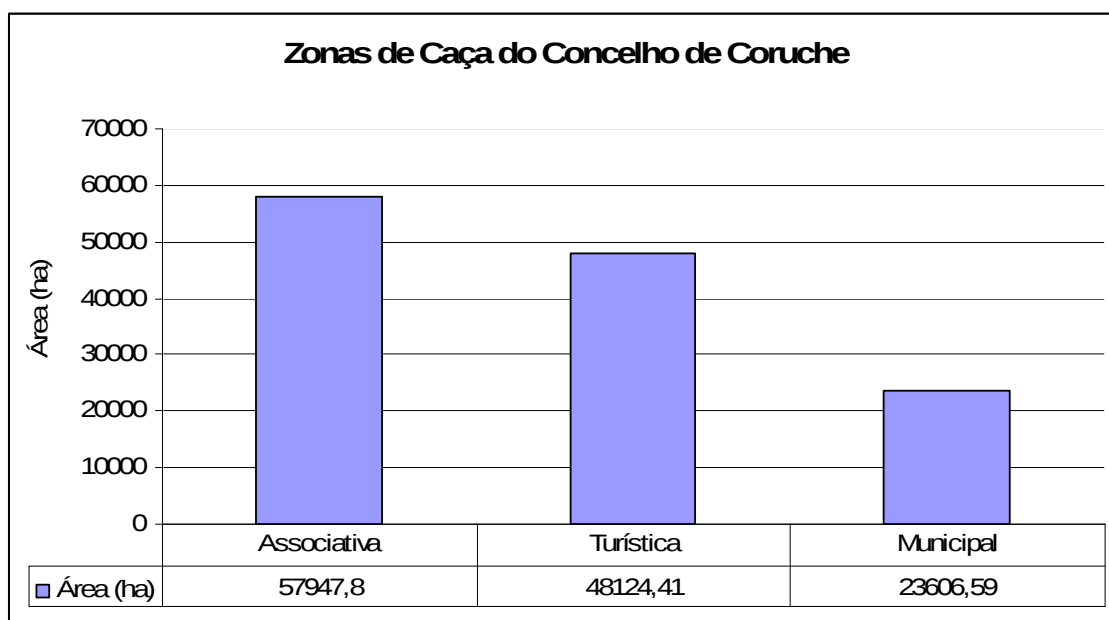


Figura 7 – Áreas submetidas a regime cinegético no Município de Coruche (Fonte: DGRF, 2006).

Segundo o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo, Coruche apresenta elevada potencialidade cinegética para espécies de caça menor, como os pombos, as narcejas e a lebre e, para espécies de caça maior, nomeadamente o javali. Torna-se importante promover o desenvolvimento desta actividade como fonte complementar de rendimentos provenientes dos espaços florestais, já que estes são o suporte da mesma.

Em termos de DFCI, muitas destas zonas de caça são vigiadas por um guarda, que normalmente faz a vigilância com carrinha equipada com Kit de 1ª intervenção. O que em caso de ocorrência de incêndio poderá ser uma mais valia numa 1ª intervenção, diminuindo ou até mesmo podendo extinguir um foco de incêndio no seu início.

O controlo de combustíveis pela caça também poderá ajudar a diminuir o risco de incêndio, quanto maior for o controlo de combustíveis, menor será a densidade de combustíveis presentes no sub-coberto florestal e menor o risco de incêndio.

As zonas de pesca localizam-se sobretudo ao longo das margens do rio Sorraia e nas albufeiras pertencentes ao Município. A actividade não tem qualquer influência em termos de DFCI, uma vez que se desenvolve ao longo da zona envolvente do rio Sorraia sendo esta predominantemente agrícola.

7.6. ROMARIAS E FESTAS

No **Quadro 37** descreve-se as principais festas e romarias que ocorrem no Município de Coruche. A importância desta avaliação é importante, porque nestes locais o perigo de incêndio por lançamento de foguetes e fogo de artifício é maior. Verifica-se que no Município de Coruche as freguesias com mais festas são as do Couço, Coruche, Lamarosa e Santana do Mato.

Quadro 37 – Festas e Romarias que ocorrem no Município.

Designação	Localidade	Freguesia	Data	Periodicidade
Festa de S. João de Deus	Biscaíño	Biscaíño	Junho	Anual
Festas de N. S.ª da Conceição	Branca	Branca	1.º Fim-de-semana de Agosto	Anual
Festa de N.S.ª do Castelo	Coruche	Coruche	14-18 Agosto	Anual
Feira S. Miguel	Coruche	Coruche	Último domingo de Setembro	Anual
Comemorações do 25 de Abril	Couço	Couço	25 de Abril	Anual
Aniversário do Centro Popular dos trabalhadores de Foros de Lagoíços	Foros de Lagoíços	Couço	1de Maio	Anual

Fim-de-semana da Juventude	Couço	Couço	3.º Fim-de-semana de Junho	Anual
Semana da Cultura	Couço	Couço	1.ª Quinzena de Julho	Anual
Festival do Rancho Folclórico "Os Arrozeiros do Sorraia"	Santa Justa	Couço	Julho	Anual
Festival do Rancho Folclórico "Os Malmequeres do Sorraia"	Couço	Couço	Final de Agosto	Anual
Aniversário da Associação Desportiva Cultural da Volta do Vale	Volta do Vale	Couço	23 de Dezembro	Anual
Festa de N.S.ª do Vale	Erra	Erra	Último Fim-de-semana de Julho	Anual
Festa de Santo António	Fajarda	Fajarda	15-17 Julho	Anual
Festa de S. José	Lamarosa	Lamarosa	2.º Fim-de-semana de Setembro	Anual
Festa de S. José	Lamarosa	Lamarosa	19 de Março	Anual
Comemorações do 25 de Abril	Santana do Mato	Santana do Mato	25 de Abril	Anual
Festa de Santa Ana	Santana do Mato	Santana do Mato	Último fim-de-semana de Julho	Anual

Fonte: Juntas de Freguesia, 2006.

8. ANÁLISE DO HISTÓRICO E DA CASUALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

8.1. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO ANUAL

Através do **Mapa 32** podemos observar as áreas ardidas no concelho de Coruche e verifica-se que 1991 foi o ano mais catastrófico.

Avaliando a evolução dos incêndios nos últimos 10 anos (1996-2006), verifica-se que 2003 e 2004 foram os mais afectados, elevando os valores de área ardida como se pode ver na Figura 7.

Na **Figura 8** está representada a distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências para o intervalo de tempo de 1996 a 2006.

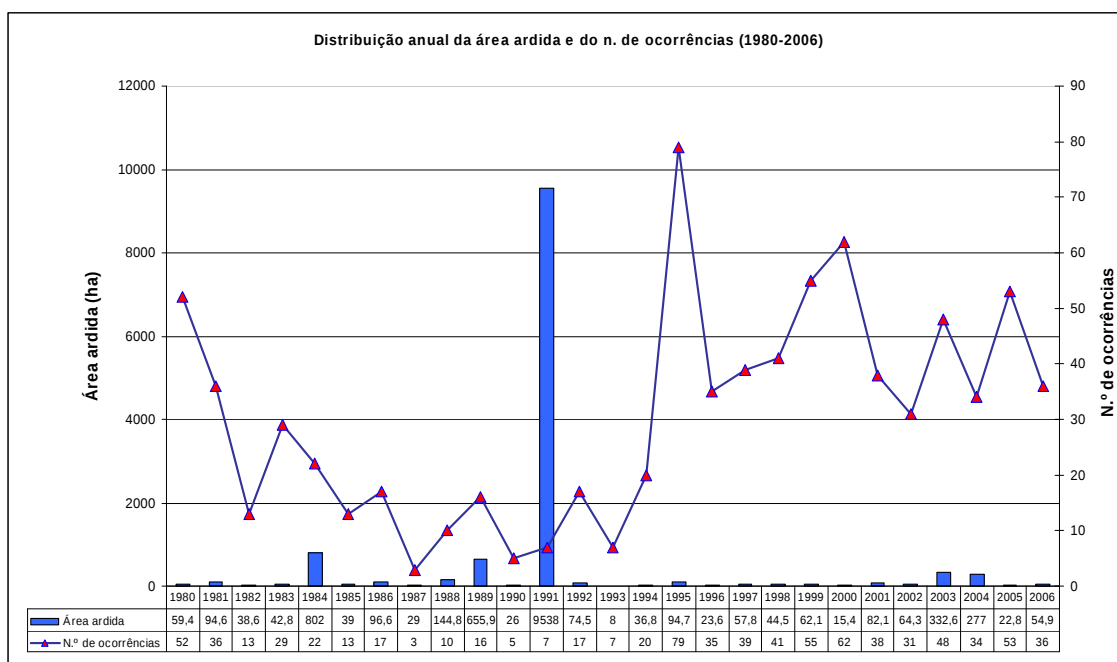


Figura 8 – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências (1996-2006) para o Município de Coruche (Fonte: DGRF, 2007).

Passando revista ao historial dos incêndios em Coruche, 1991 foi o ano mais catastrófico, em que arderam cerca de 9538 hectares contabilizando apenas sete ocorrências. E em seguida, 1984 com 802 hectares e 22 ocorrências.

Para avaliar a distribuição espacial dos incêndios no Município de Coruche foi realizada a análise do último quinquénio, utilizando como fonte os dados de 2000 a 2005 da DGRF (Figura 8).

Na **Figura 9** está representada a distribuição da área ardida e número de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2001- 2005 por freguesia.

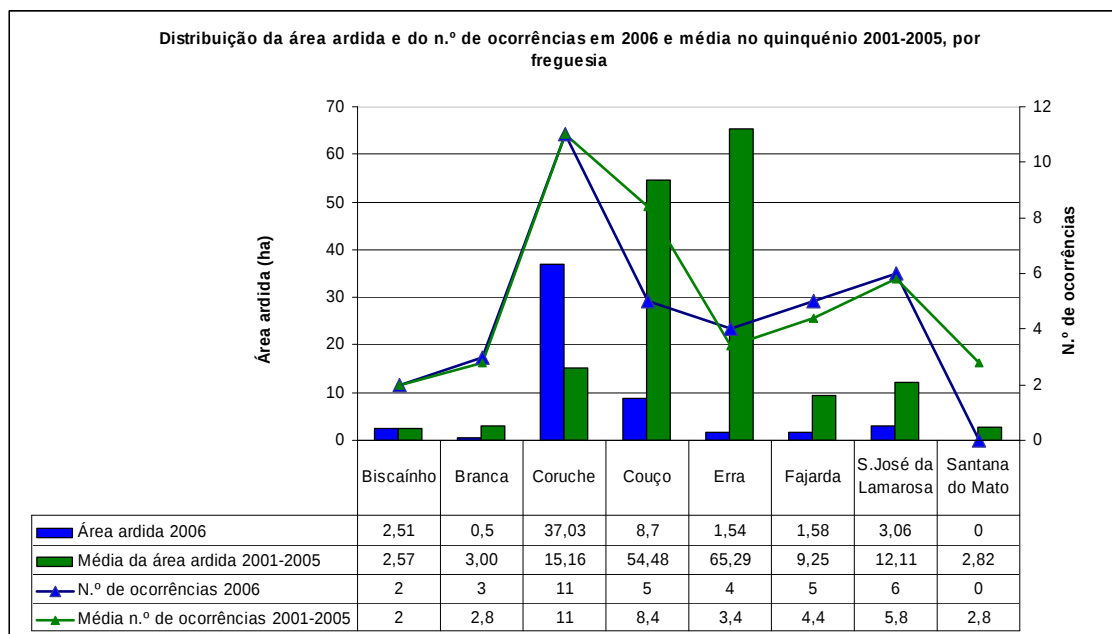


Figura 9 – Distribuição do número de ocorrências e de área ardida, no Município de Coruche (Fonte: DGRF, 2007).

Verifica-se que a freguesia com maior área ardida em 2006 é a freguesia de Coruche, seguindo-se a freguesia do Couço. Em termos de média do último quinquénio a freguesia da Erra é a freguesia que apresenta o maior de área ardida, seguida da freguesia do Couço. Estas freguesias detêm uma grande parte de povoamentos florestais e apresentam declives um pouco acentuados, sendo estes factores determinantes na quantidade de área ardida. A freguesia do Biscainho apresenta o menor valor de área ardida do último quinquénio. Esta freguesia detém uma elevada área agrícola, sendo este factor determinante para o baixo valor de área ardida.

Verifica-se que a freguesia com maior número de ocorrências nos últimos cinco anos é a freguesia de Coruche, devido ao aumento da pressão do meio urbano sobre os espaços florestais, nomeadamente com a realização de queimadas e a utilização da floresta como espaço recreativo (fogueiras, cigarros, etc.) como contributos para o aumento do número de ocorrências.

Na **Figura 10** está representada a distribuição da área ardida e n.º de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2001-2005, por espaços florestais em cada 100 hectares.

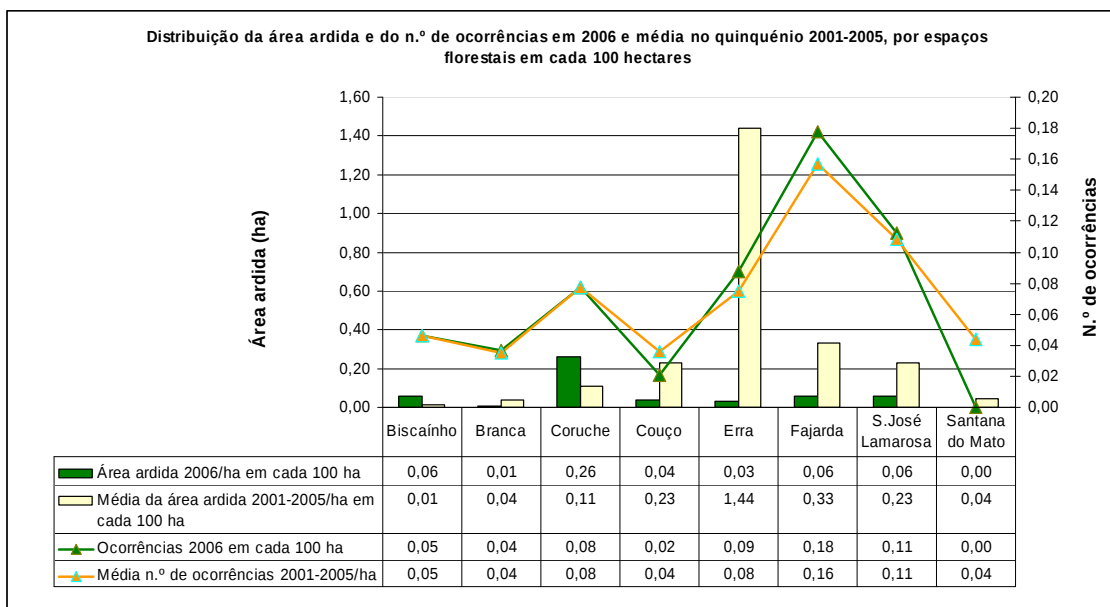


Figura 10 – Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2001-2005, por espaços florestais em cada 100 hectares (Fonte: DGRF, 2007).

Na freguesia de Coruche verifica-se que a área ardida por espaços florestais entre 2001 e 2005 correspondente a 0.26 hectares em 100 hectares. Este valor é elevado comparado com as restantes freguesias. Já em termos de ocorrências é a freguesia da Lamarosa que apresenta o valor mais elevado.

8.2. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO MENSAL

A avaliação da distribuição temporal dos incêndios florestais no Município permite determinar quais os meses, dias e horas mais problemáticos, podendo assim, programar acções preventivas e de combate necessárias.

No que se refere à distribuição do número de ocorrências de incêndios por mês do ano (**Figura 11**) verifica-se que o número de ocorrências é maior em Julho.

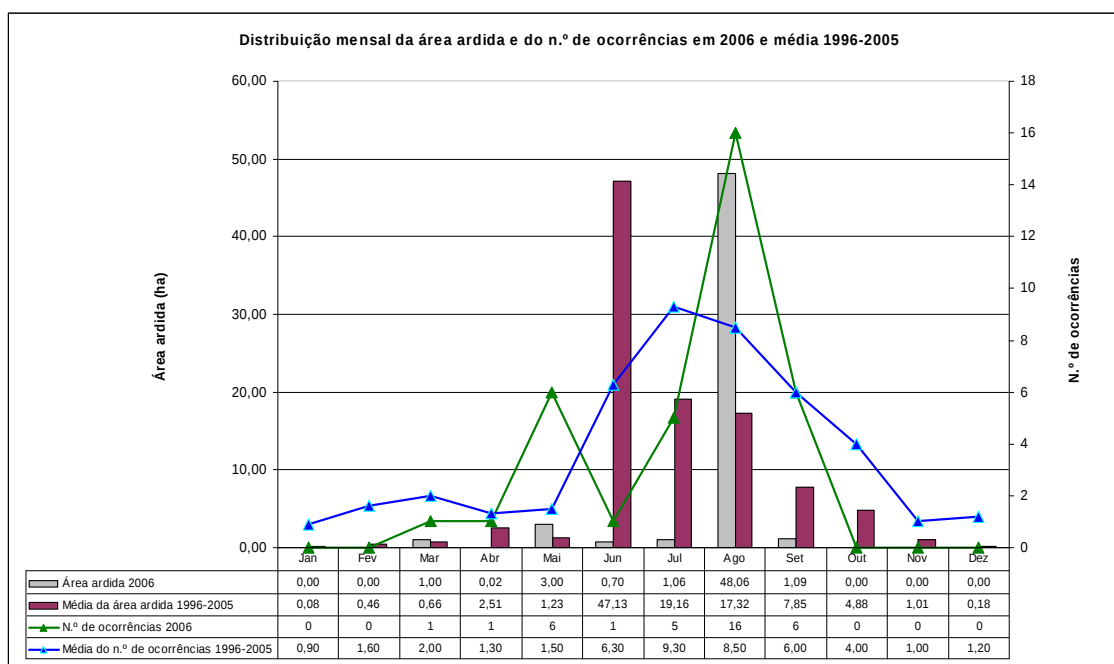


Figura 11 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média entre 1996 e 2005 (Fonte: DGRF, 2007).

Analisando a distribuição média mensal da área ardida entre 1996 e 2005, constata-se que os meses de Junho, Julho e Agosto apresentam valores superiores de área ardida. No que se refere à distribuição do número de ocorrências de incêndios por mês do ano constata-se que o número de ocorrências é maior entre Junho e Setembro. Isto deve-se sobretudo ao clima que se verifica nesta época do ano, altas temperaturas e humidades relativas do ar baixas proporcionam a redução da humidade do coberto vegetal e consequentemente o aumento do risco de incêndio florestal. Para o ano de 2006 o mês com maior área ardida é Agosto.

8.3. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

Na **Figura 12** está representada a distribuição semanal da área ardida para o Município de Coruche.

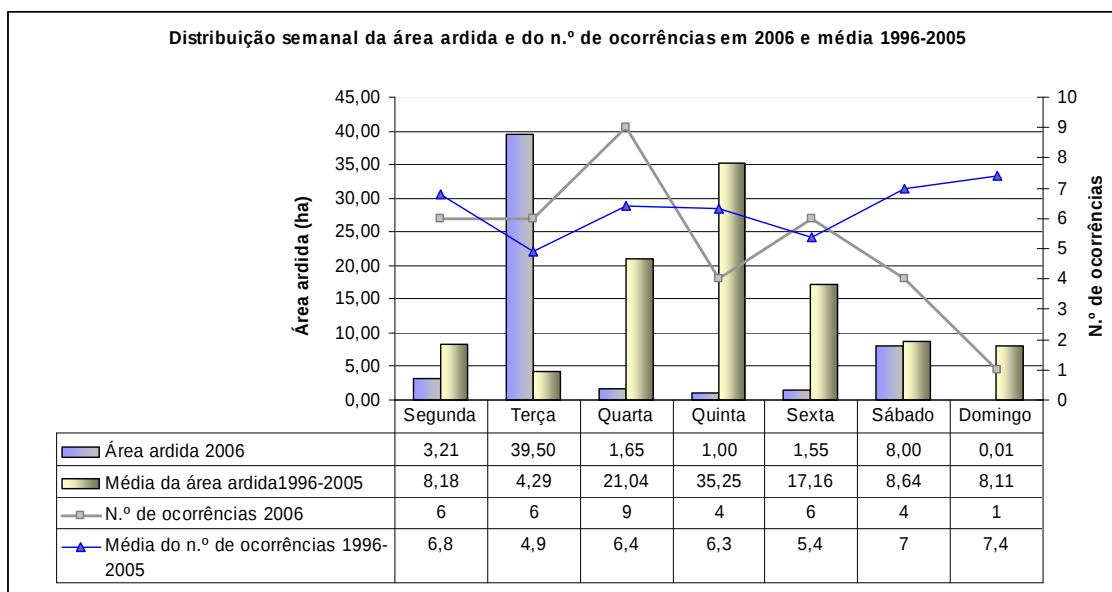


Figura 12 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média entre 1996 e 2005 (Fonte: DGRF, 2007).

Em relação à distribuição de ocorrências por dias da semana no período de 1996 a 2005 a quinta-feira é dia com maior valor de área ardida, no entanto, terça-feira é o dia da semana com menor número de ocorrências entre 1996 e 2005. Em termos de área ardida em 2006, o dia da semana mais crítico é terça-feira.

8.4. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA

Na **Figura 13** está representada a distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências para o período de tempo entre 1996 e 2006.

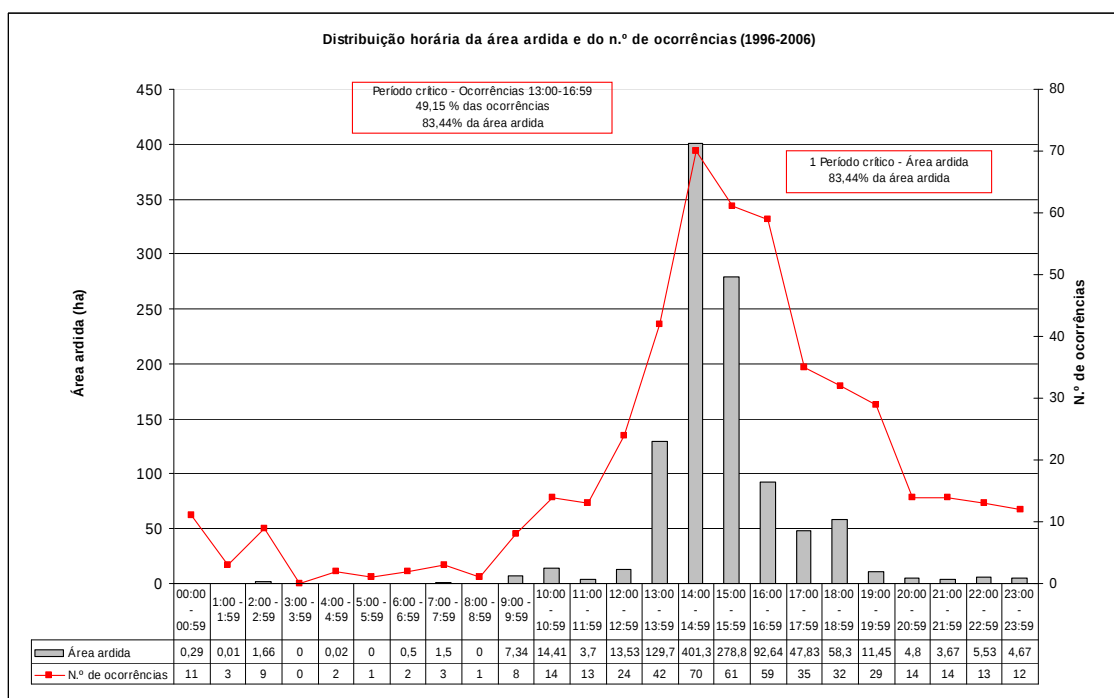


Figura 13 – Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências entre 1996 – 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

O período que apresenta maior número de ignições situa-se entre as 13:00 e 17:59, contabilizando mais de 56,65 % do total de ocorrências registado. Em termos de área ardida é o período entre as 13:00 e 17:59 que contabiliza maior valor com 85,4 % da área total ardida. Assim, será importante que as acções de vigilância incidam principalmente neste período, onde deverá haver um reforço maior dos meios de vigilância nos dias em que o risco de incêndio é elevado, uma vez que eleva a probabilidade de ocorrências e de área ardida.

8.5. ÁREA ARDIDA POR TIPO DE COBERTO FLORESTAL

Na **Figura 14** está representada a distribuição da área ardida por tipo de coberto vegetal entre 2001 e 2006.

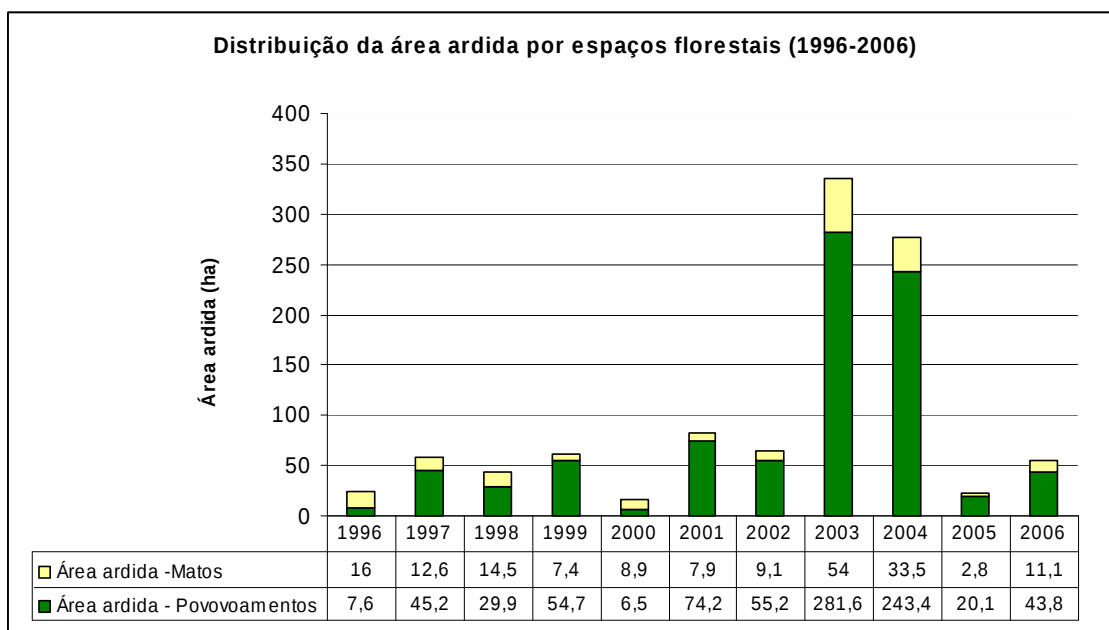


Figura 14 – Distribuição da área ardida por tipo de coberto vegetal entre 2001 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

Relativamente à distribuição dos incêndios por coberto vegetal no Município de Coruche, as zonas de povoamento florestal são as mais afectadas pelos incêndios.

8.6. ÁREA ARDIDA E N.º DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO

Na **Figura 15** está representada a distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão entre 1996 e 2006.

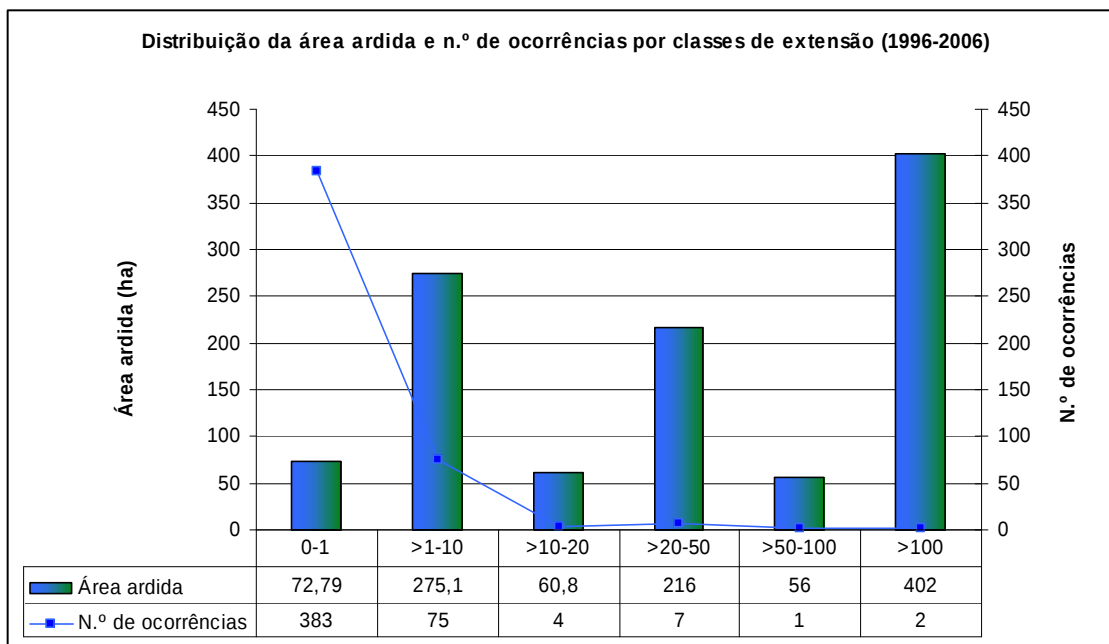


Figura 15 – Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão entre 1996 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

Fazendo a análise dos incêndios por classes de extensão, verifica-se que o maior número de ocorrências incide em incêndios com área <1 hectare, contabilizando 383 ocorrências. Entre 1996 e 2006 ocorreram 2 incêndios com área superior a 100 hectares. Em termos de DFCI é importante perceber o porquê de tantas ocorrências e tomar medidas de forma a diminuir o número de ocorrências.

8.7. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO ANUAL

Através do **Mapa 33** podemos observar que no concelho de Coruche apenas deflagraram dois grandes incêndios nos últimos anos. É de salientar que em 1991 o concelho verificou 4110,63 hectares de área ardida.

No limite do concelho de Coruche com o concelho de Salvaterra de Magos existe uma zona crítica em que, por vezes, os incêndios passam para o concelho vizinho, neste caso o concelho de Coruche consumindo extensas áreas de floresta.

Na **Figura 16** está representada a distribuição anual da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006.

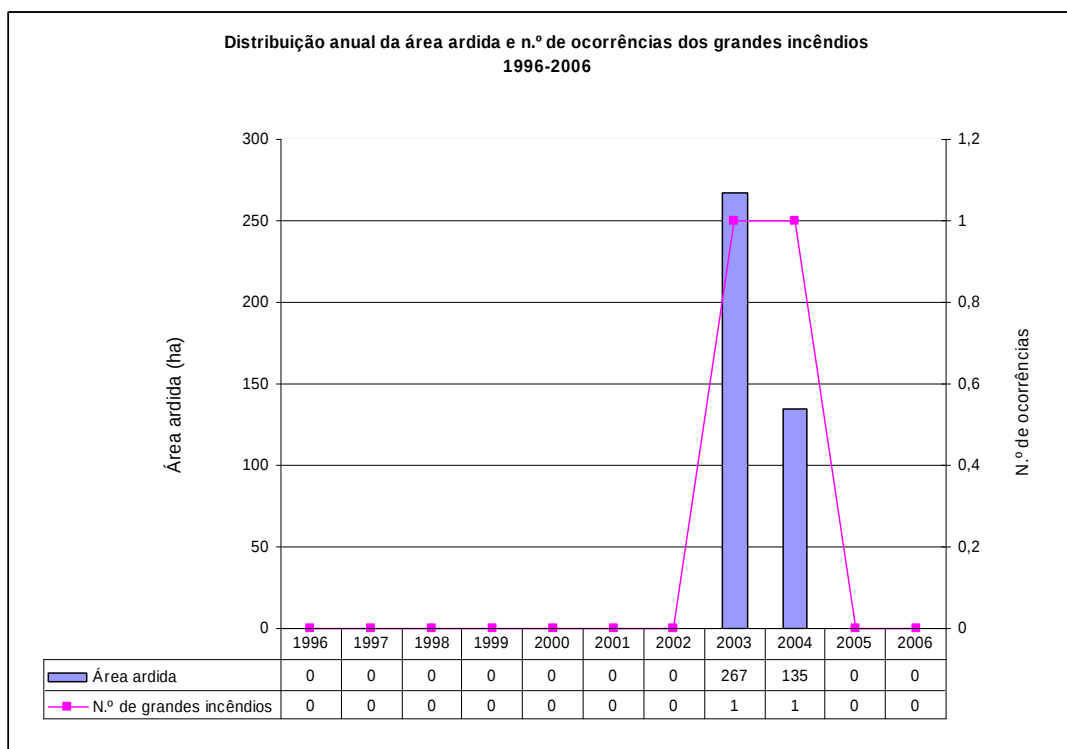


Figura 16 – Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

Pela observação do gráfico seguinte verifica-se que os grandes incêndios ocorreram em 2003 e 2004. Durante o verão de 2003 ocorreram condições meteorológicas extremas, com altas temperaturas que originaram grandes incêndios. O Município de Coruche não foi exceção e registou um incêndio com alguma dimensão comparado com os restantes anos, onde arderam 281,64 hectares de povoamentos e 51,01 de matos. O ano de 2004 também registou um grande incêndio, com área superior a 100 hectares em que arderam 243,42 hectares de povoamentos e 33,53 de matos.

8.8. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL

Na **Figura 17** está representada a distribuição mensal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2005.

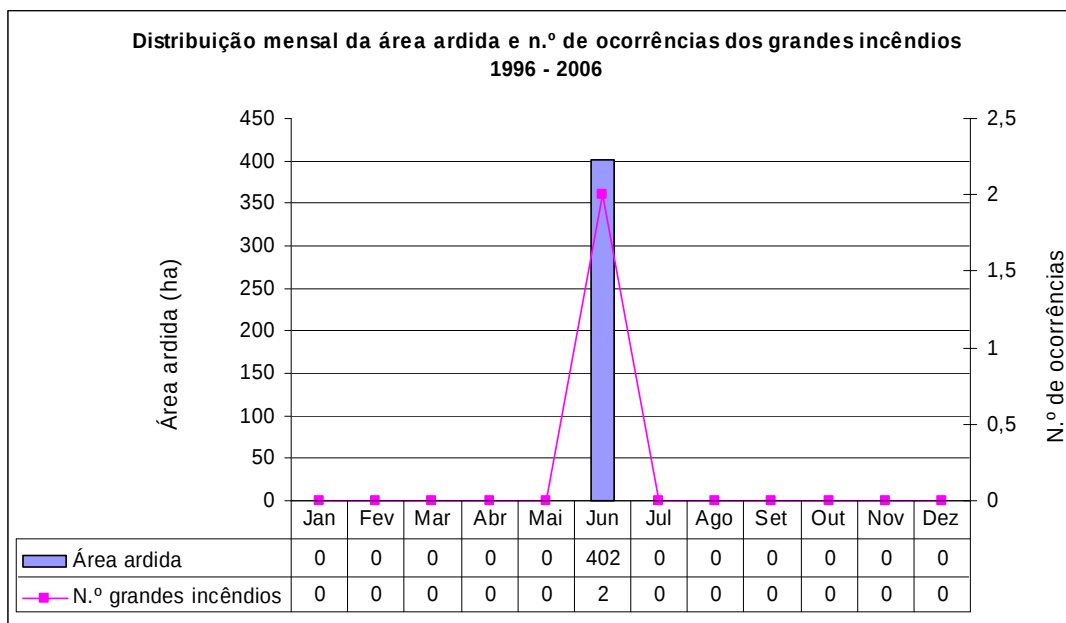


Figura 17 – Distribuição mensal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

Pela análise da figura verifica-se que o mês onde ocorreram os maiores incêndios no Município é o mês de Junho, devido ao clima existente nesta época do ano, como já foi mencionado anteriormente.

8.9. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

Na **Figura 18** está representada a distribuição semanal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006.

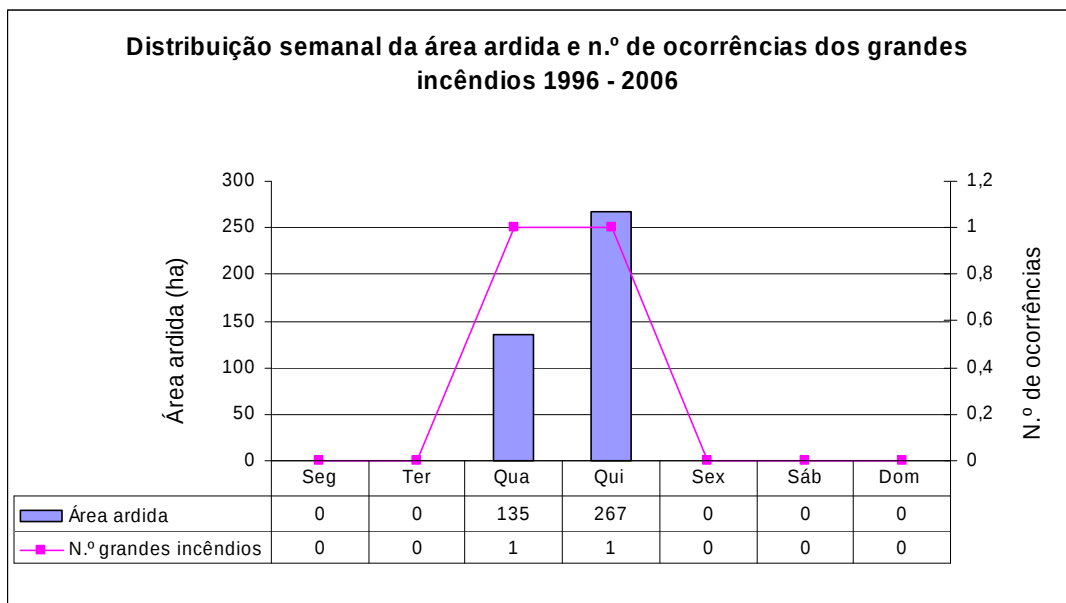


Figura 18 – Distribuição semanal da área ardida e n.º de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006 (Fonte: DGRF, 2006).

Relativamente à distribuição semanal dos grandes incêndios, constata-se que, estes concentram-se principalmente à quinta e quarta-feira, provavelmente devido a uma maior actividade dos agricultores.

8.10. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA

Na **Figura 19** está representada a distribuição horária da área ardida e n.º de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2005.

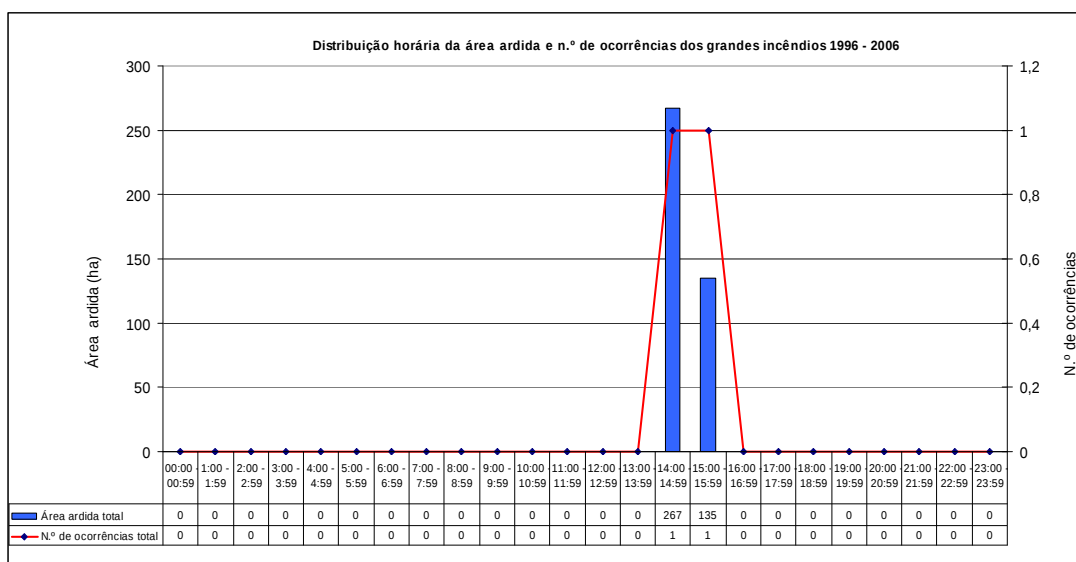


Figura 19 – Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios entre 1996 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

Relativamente à distribuição horária da área ardida dos grandes incêndios verifica-se que estes concentram-se no período entre as 14:00 horas e as 16:00 horas, provavelmente devido a ser período mais crítico do dia em que as temperaturas sobem e a humidade relativa do ar desce.

8.11. PONTOS DE INÍCIO E CAUSAS

Através do **Mapa 34** podemos identificar os pontos de início e causas dos incêndios para o Município de Coruche. Analisando o mapa de pontos de início, fornecido pela DGRF podemos constatar que estes se concentram nas freguesias de Coruche, Couço e São José da Lamarosa. A freguesia de Coruche é a que apresenta maior número de ignições entre 2001 e 2006.

8.12. FONTES DE ALERTA

Na **Figura 20** está representada a distribuição de ocorrências por fonte de alerta entre 2001 e 2006.

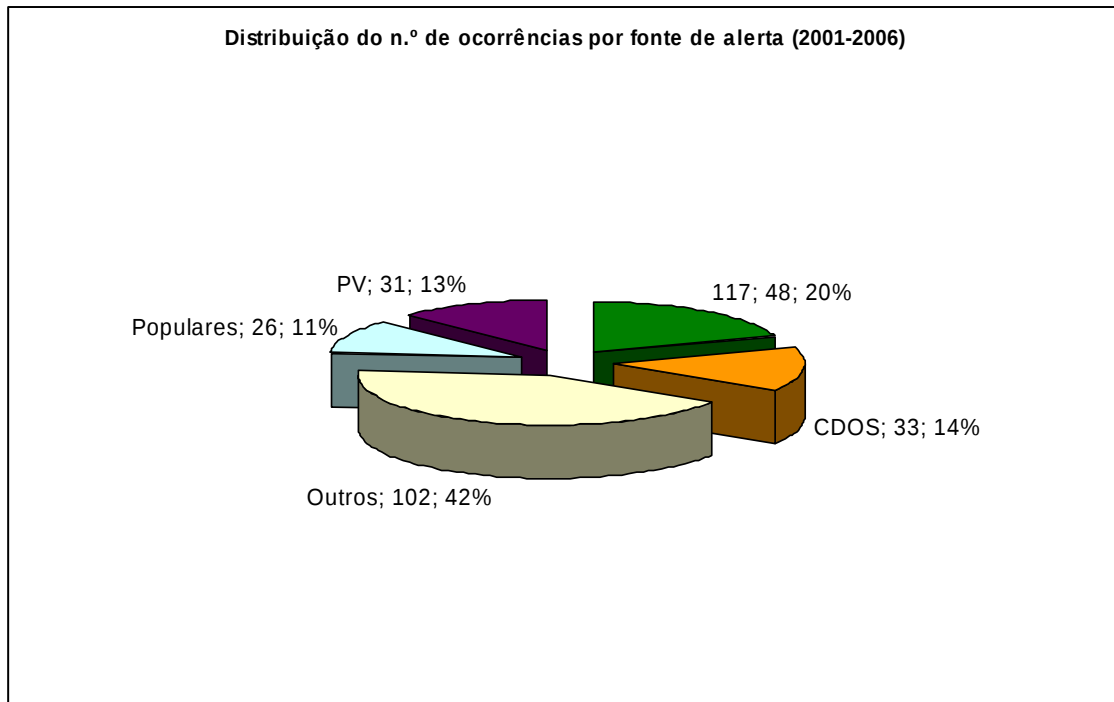


Figura 20 – Distribuição do n.º de ocorrências por fonte de alerta entre 2001 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

Das 240 ocorrências registadas no Município de Coruche entre 2001 e 2006, 42% resultaram de chamadas de outras fontes de alerta, 20% de chamadas do 117 e as restantes dos postos de vigia e de populares.

Na **Figura 21** está representada a distribuição do n.º de ocorrências por fonte e hora de alerta entre 2001 e 2006.

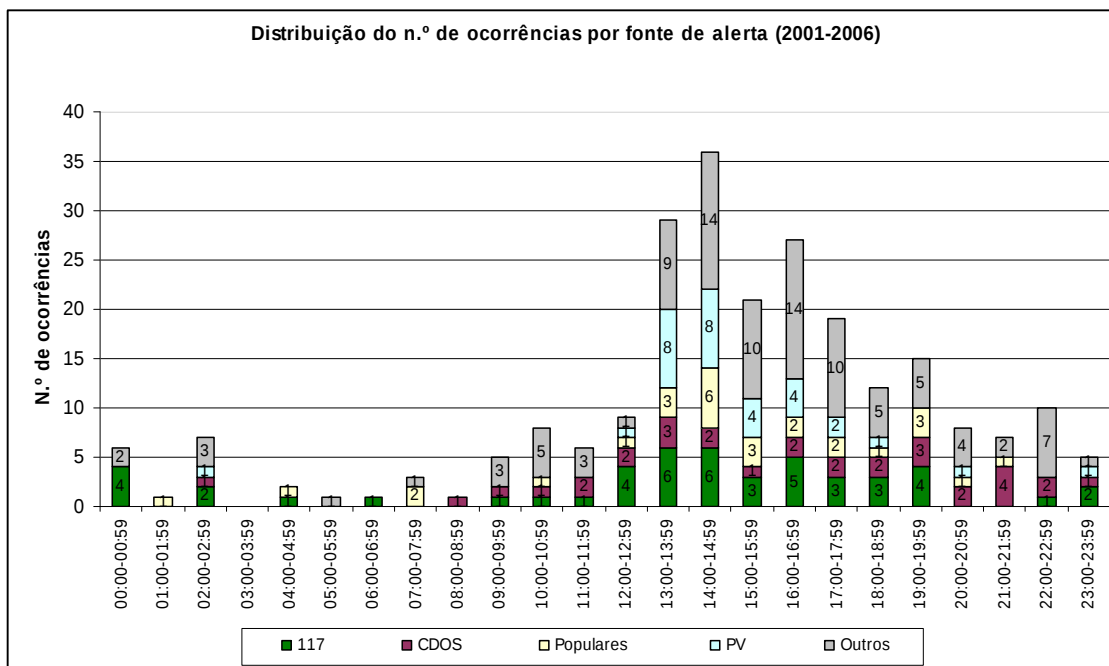


Figura 21 – Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta entre 2001 e 2006 (Fonte: DGRF, 2007).

As ocorrências resultantes das fontes de alerta pelo 117 concentram-se principalmente entre as 13 e 19 horas. Os alertas por populares são muito poucos e os alertas por outras fontes representam a parte mais significativa da amostra. Os alertas pelos postos de vigia também são importantes, uma vez que, quase todo o Município é coberto pela visibilidade dos postos de vigia.

9. BIBLIOGRAFIA

- ✓ Botelho, H., 1992. Controlo de fogos florestais, sebenta da disciplina de controlo de fogos florestais da licenciatura em Engenharia Florestal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- ✓ Botelho, H., 1992. Controlo de fogos florestais, sebenta da disciplina de controlo de fogos florestais da licenciatura em Engenharia Florestal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- ✓ CMC, 1997. Plano Director Municipal.
- ✓ CNR, 2005. Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Aridas em 2003 e 2004. Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.
- ✓ CRISE, 2006. Centro para a Exploração e Gestão da Informação Geográfica, <http://Scrif.igeoe.pt/cartografiacrif/producao.htm>. Consultado em Setembro de 2006.
- ✓ Cruz, M.G. (2005). Guia Fotográfico para a Identificação de Combustíveis Florestais – Região Centro de Portugal. Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais – ADAI.
- ✓ <http://www.idrha.pt/caof/>
- ✓ IGP, 2004. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal. Relatório do Distrito de Viseu.
- ✓ IGP, 2004. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal. Relatório do Distrito de Viseu.
- ✓ IGP, 2006. Limites administrativos de Portugal continental, www.snig.igeo.pt Consultado em Setembro de 2006.
- ✓ INE, 2006. Densidade Populacional. <http://www.ine.pt>. Consultado em Setembro de 2006.

- ✓ Louro, G., Marques, H., Salinas, F., 2002. Elementos de Apoio à Elaboração de Projectos Florestais. Estudos e Informação nº 321. Direcção Geral das Florestas. Lisboa.
- ✓ Pereira, J. M. C., Santos, M. T. N. 2003. Áreas Queimadas e Risco de Incêndio em Portugal. Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas. DGRF. Lisboa.
- ✓ Pinho, J.R., Louro, G., Paulo, S., 2005. Recuperação das Áreas Ardidas em Portugal e a Gestão do Fogo. A Experiência da Equipa de Reflorestação. ISA. Lisboa.
- ✓ Rigolot, E., Costa, M., 2000. Conception des coupures de combustible. Réseau Coupures de Combustible nº4. Éditions de la Cardère. Morières.
- ✓ Silva, J.S., 2002. Os mecanismos de ignição e propagação dos incêndios florestais. In : Manual de silvicultura para a prevenção de incêndios. Direcção Geral das Florestas. Lisboa.
- ✓ Silvicentro (2006). Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo. DGRF. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é de extrema importância para a defesa da floresta e dos bens do nosso concelho.

Nos últimos anos o município não tem sido muito fustigado pelos incêndios, mas em 1991 e 2003 registaram-se valores elevados de área ardida.

Neste plano procurou-se estabelecer zonas prioritárias de intervenção, dando maior importância às zonas que representam maior probabilidade de ocorrência de incêndio.

A partir da informação proveniente de várias entidades foi possível trabalhar e sintetizar toda a informação, constituinte fundamental para a elaboração do plano e produção de toda a cartografia necessária.

Para cada eixo estratégico são definidos os objectivos, as metas e acções mais importantes que devem ser implementadas.

No futuro será importante proceder ao levantamento e actualização da rede viária, da rede de pontos de água e da rede de faixas de gestão de combustível de forma, a tornar o plano mais expedito.

11. ABREVIATURAS

APFC – Associação de Produtores Florestais de Coruche
 CDOS – Centro Distrital de Operações de Socorro
 CEABN – Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves
 CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
 CNIG – Centro Nacional de Informação Geográfica
 CNOS – Centro Nacional de Operações de Socorro
 CODIS – Comandante Distrital
 CRRR – Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo
 CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo
 DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios
 DGRF – Direcção-Geral dos Recursos Florestais
 DRARO – Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste
 E – Este
 ECIN – Equipa de Combate a Incêndios
 ELAC – Equipa Logística de Apoio ao Combate
 ENF – Estratégica Nacional Florestas
 ESF – Equipa de Sapadores Florestais
 FGC – Faixa de Gestão de Combustível
 FIC – Faixa de Interrupção de Combustível
 FRG – Faixa de Redução de Combustível
 GTF – Gabinete Técnico Florestal
 IGP – Instituto Geográfico Português
 LEE – Locais Estratégicos de Estacionamento
 N – Norte
 NE – Nordeste
 NW – Noroeste
 O – Oeste
 PDM – Plano Director Municipal
 PGF – Plano de Gestão Florestal
 PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
 PMIF – Plano Municipal de Intervenção na Floresta
 PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
 PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
 POM – Plano Operacional Municipal
 PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PV – Postos de Vigia

S – Sul

SCN – Série Cartográfica Nacional

SIOP – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

SNBPC – Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

SNIRF – Sistema Nacional Informação sobre Recursos Florestais

SW – Sudoeste

ZIF – Zona de Intervenção Florestal

CARTOGRAFIA

